



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Ana Caroline Nisgoski Da Paixão

**PROJEÇÃO INTERNACIONAL DO MOVIMENTO DE CATADORES: UM ESTUDO
DE CASO DO TRATADO GLOBAL DOS PLÁSTICOS**

JOÃO PESSOA

2026

ANA CAROLINE NISGOSKI DA PAIXÃO

**PROJEÇÃO INTERNACIONAL DO MOVIMENTO DE CATADORES: UM ESTUDO
DE CASO DO TRATADO GLOBAL DOS PLÁSTICOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial à obtenção do título de
bacharel em Relações Internacionais pela
Universidade Federal da Paraíba.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Elia Elisa Cia Alves.

JOÃO PESSOA

2026

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

P142p Paixao, Ana Caroline Nisgoski da.

Projeção internacional do movimento de catadores: um estudo de caso do Tratado Global dos Plásticos / Ana Caroline Nisgoski da Paixao. - João Pessoa, 2026.
52 f.

Orientação: Elia Elisa Cia Alves.
TCC (Especialização) - UFPB/CCSA.

1. Poluição plástica. 2. Movimentos sociais. 3. Negociações internacionais. 4. Catadores de materiais recicláveis. I. Alves, Elia Elisa Cia. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 327(043)

ANA CAROLINE NISGOSKI DA PAIXÃO

"PROJEÇÃO INTERNACIONAL DO MOVIMENTO DE CATADORES: UM ESTUDO DE CASO DO TRATADO GLOBAL DOS PLÁSTICOS"

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel(a) em Relações Internacionais.

Aprovado(a) em 8 de abril de 2026

Documento assinado digitalmente
 **ELIA ELISA CIA ALVES**
Data: 06/08/2026 10:50:54-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Dra. Elia Elisa Cia Alves - (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Documento assinado digitalmente
 **LAIS CAROLINE KUSS**
Data: 05/08/2026 18:25:08-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Ma. Lais Caroline Kuss - (Membro 2)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Documento assinado digitalmente
 **ANDREA QUIRINO STEINER**
Data: 06/08/2026 12:08:40-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Dra. Andrea Quirino Steiner - (Membro 3)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

AGRADECIMENTOS

Guardo pra sempre em mim a memória da minha primeira aula no campus da Universidade Federal da Paraíba. Depois de um primeiro semestre pandêmico, uma aula de Metodologia do Trabalho Científico na Central de Aulas foi palco do verdadeiro início da minha jornada nessa instituição. Mas a memória que eu tenho presa na minha cabeça não são os corredores infinitos da Central de Aulas. Tenho em minha memória, clara como a lua em noite de céu aberto, a sensação de andar pela primeira vez completamente desorientada pelos corredores do CCSA. Rodeada das pessoas que viriam a integrar toda a minha jornada como Internacionalista. Penso em quem eu era naquele momento e quem eu sou escrevendo esse texto, e não consigo segurar as lágrimas traçando minha trajetória. Posso falar com confiança que saio uma pessoa diferente da que entrei na UFPB, e tenho muitos a agradecer por isso.

Primeiramente, agradeço a quem me deu vida. À minha mãe, Simone, agradeço pelos puxões de orelha e o apoio sempre presente. A cada dia que passa vejo mais e mais da senhora em mim, espero que isso nunca mude. Ao meu pai, Francisco, agradeço por sempre acreditar nas minhas capacidades, até quando eu mesma não fui capaz de percebê-las.

Ao meu irmão, Alexandre, por me inspirar a ser uma versão melhor de mim mesma. Nunca conheci um mundo sem a sua presença como minha maior referência.

Às minhas três gatas, Charlotte, Mimosa e Maria José, por me fazerem companhia em todas as minhas noites de frente para o mar.

Aos professores do Departamento de Relações Internacionais, por todas as lições e ensinamentos ao longo da minha formação. Agradeço em especial à minha orientadora, professora Elia, pela paciência e compreensão em me guiar ao longo de todo o desenvolvimento deste trabalho.

Às minhas queridas amigas, Isabella, Letícia e Rafa, pelo companheirismo que se estende para antes da universidade e o qual eu espero que se prolongue para a vida.

Às minhas amigas de turma, Gabi e Rayra, por me proporcionarem risadas e memórias, dentro e fora de sala. À minha dupla Évine, minha parceira de iniciação científica Joyce e o meu companheiro de TCC Lucas Tiago, agradeço pela amizade, carinho e parceria. Olho para vocês e penso na sorte que tive em conhecer e me rodear de pessoas brilhantes na graduação.

Ao chá da tarde, meu grupo de encontros mensais preferido, Isabel, Carla, Azoka e Luiz, obrigada por deixarem os meus domingos do último ano mais especiais e cheios de alegria.

Por último, agradeço a João Pessoa e à UFPB, entre as bibliotecas setoriais do campus I e a orla de Manaíra, encontrei um lugar que me proporcionou pertencimento. Obrigada por ser minha casa, agora e para sempre.

Cenas do meu filme em branco e preto

Que o vento levou e o tempo traz

Entre todos os amores e amigos

- Minha Vida, Rita Lee.

RESUMO

Busca-se no artigo analisar o processo de internacionalização do movimento de catadores e sua participação nas negociações do Tratado Global dos Plásticos. Para tanto, a análise foi realizada em dois níveis. O primeiro consiste em um estudo de caso, no qual se buscou compreender o processo de internacionalização do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) e como esse processo culminou no surgimento da Aliança Internacional de Catadores de Materiais Recicláveis (IAWP). O segundo nível, por sua vez, investigou a participação da IAWP nas negociações do Tratado, por meio de uma análise de conteúdo dos documentos lançados pela Aliança ao longo das INCs, a partir dessa análise identificou-se um conjunto de quatro demandas centrais, bem como observar a evolução dessas demandas ao longo das negociações.

Palavras-chave: Poluição plástica; Movimentos sociais; Negociações Internacionais; Catadores de Materiais Recicláveis.

ABSTRACT

The article seeks to analyze the internationalization process of the waste pickers' movement and its participation in the negotiations of the Global Plastics Treaty. To this end, the analysis was carried out at two levels. The first consists of a case study, in which it was sought to understand the internationalization process of the Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) and how this process culminated in the emergence of the International Alliance of Waste Pickers (IAWP). The second level, in turn, investigated the participation of the IAWP in the Treaty negotiations, through content analysis of the documents released by the Alliance throughout the INCs; from this analysis, a set of four central demands was identified, as well as the observation of the evolution of these demands throughout the negotiations.

Keywords: Plastic pollution; Social movements; International negotiations; Waste pickers.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASMARE - Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável

BBNJ - *Biodiversity Beyond National Jurisdiction*, em português Acordo sobre Biodiversidade Além da Jurisdição Nacional

CBO - Classificação Brasileira de Ocupações

CBD - *Convention on Biological Diversity*, em português Convenção sobre Diversidade Biológica

COOPAMARE - Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis

COP - *Conference of the Parties*, em português Conferência das Partes

HAC - *High Ambition Coalition*, em português Coalizão de Alta Ambição

IAWP - *International Alliance of Waste Pickers*, em português Aliança Internacional de Catadores de Materiais Recicláveis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INC - *Intergovernmental Negotiating Committee*, em português Comitê Intergovernamental de Negociação

INGOs - *International Non-Governmental Organizations*, em português Organizações Internacionais Não Governamentais

Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LGBTQ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Queer

LMG - *Like-Minded Group*, em português Grupo de Países com Pensamentos Semelhantes

MNCR - Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis

MS - Movimento Social

OIT - Organização Internacional do Trabalho

ONU - Organização das Nações Unidas

Pnad - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNRS - Política Nacional de Resíduos Sólidos

PNS - Política Nacional de Saneamento

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, em inglês UNEP

TANs - *Transnational Advocacy Networks*, em português Redes Transnacionais de Ativismo

TMR - Teoria de Mobilização de Recursos

TNGO - *Transnational Non-Governmental Organizations*, em português Atores Transnacionais Não-Governamentais

TNMS - Teoria dos Novos Movimentos Sociais

TPP - Teoria do Processo Político

UNEP - *United Nations Environment Programme*, em português PNUMA

UNEA - *United Nations Environment Assembly*, em português Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente

UNFCCC - *United Nations Framework Convention on Climate Change*, em português Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima

WIEGO - *Women in Informal Employment: Globalizing and Organizing*, em português Mulheres no Trabalho Informal: Globalizando e Organizando

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1. METODOLOGIA.....	11
2. O ESTUDO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: DO TRADICIONAL AO TRANSNACIONAL.....	13
2.1. Teorias Tradicionais dos Movimentos Sociais.....	13
2.2. Teorias Contemporâneas e a Relação entre Movimentos Sociais e Estado.....	15
2.3. Transnacionalização de Movimentos Sociais.....	17
3. CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS COMO MOVIMENTO SOCIAL: TRAJETÓRIA HISTÓRICO-INSTITUCIONAL DO NACIONAL AO INTERNACIONAL.....	20
3.1. Do nacional ao internacional.....	20
3.2. Os Catadores de Materiais Recicláveis no Tratado Global dos Plásticos.....	27
4. AS DEMANDAS DA ALIANÇA INTERNACIONAL NO TRATADO GLOBAL DOS PLÁSTICOS.....	30
CONCLUSÃO.....	44
REFERÊNCIAS.....	46

INTRODUÇÃO

A ampla versatilidade dos plásticos contribuiu para sua popularização gradual, resultando em um cenário atual em que a produção global ultrapassa a capacidade de gestão adequada desses resíduos. Segundo relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA ou UNEP, sigla em inglês), dos 7 bilhões de toneladas de materiais plásticos produzidos globalmente até 2020, apenas 10% foram reciclados (UNEP, 2021a). Somente em 2018, 291 milhões de toneladas (Mt) de plásticos *non-fiber*¹ foram produzidos. Desses, 62 Mt foram reciclados, 151 Mt foram descartados em aterros sanitários e os restantes 78 Mt foram incinerados, processo que contribui para a poluição atmosférica (UNEP, 2021b). Além disso, as condições precárias de aterros sanitários e o descarte inadequado desses resíduos sólidos fazem com que eles cheguem ao mar, causando danos a esse ecossistema. Até 2021, o total de resíduos plásticos poluindo o oceano foi estimado a ser entre 75-199 Mt, número que, caso nenhuma medida seja tomada, deve triplicar até 2040 (UNEP, 2021a).

Portanto, para combater esse cenário, em março de 2022 a Resolução 5/14 "*End plastic pollution: Towards an international legally binding instrument*" foi adotada pela *United Nations Environment Assembly* (UNEA). Na ocasião, estabeleceu-se a criação de um Comitê de Negociações Intergovernamentais (INC, sigla em inglês)² para a discussão e criação de um instrumento - um tratado juridicamente vinculativo - capaz de instituir uma normativa acerca do desenvolvimento, produção e descarte dos materiais plásticos produzidos globalmente (UNEP, 2022).

Sendo assim, no âmbito das negociações do Tratado Global dos Plásticos, formam-se coalizões com o intuito de defender interesses específicos. Entre essas coalizões, a Aliança Internacional de Catadores de Materiais Recicláveis (IAWP, sigla em inglês) representa as demandas de um dos grupos mais vulneráveis dentro do ciclo de vida dos plásticos - *waste pickers*³. Dessa forma, a IAWP é a junção de organizações que representam os catadores de materiais recicláveis a nível nacional; o representante brasileiro, por exemplo, é o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). A Aliança é composta por 59

¹ *Non-fiber* são plásticos excluindo tecidos que possuem plástico em sua constituição como o poliéster e o nylon (UNEP, 2021b).

² A INC é um comitê criado no âmbito do PNUMA que envolve grande parte dos países membros da Organização das Nações Unidas (ONU). Mais informações sobre esse INC podem ser encontradas no site do PNUMA. Disponível em: <https://www.unep.org/inc-plastic-pollution> Acesso em: 07 ago. 2026.

³ A IAWP (2023a, p.4) define *waste pickers* como: as pessoas que participam - de forma individual ou coletiva - na coleta, separação, triagem, transporte e venda de materiais e produtos recicláveis e reutilizáveis. Em caráter informal ou semiformal, como trabalhadores por conta própria; ou em um ambiente cooperativo, de economia social e solidária; ou como trabalhadores que subsequentemente alcançaram arranjos de trabalho formal por meio de suas organizações.

organizações de catadores de materiais recicláveis, correspondendo a representantes de 38 países, representando mais de 500,000 catadores globalmente (IAWP, 2026a). Após o seu primeiro congresso eletivo em 2024, o brasileiro Severino Lima Jr. foi eleito presidente da IAWP. Desde então, a Aliança esteve presente em todas as cinco reuniões do Tratado Global dos Plásticos, que ocorreram entre 2022 e 2025 (IAWP, 2026b). Tal participação foi reconhecida na INC-3, ocasião em que um Estado membro afirmou que - “waste pickers give the plastics treaty a human face” (O’Hare; Nøklebye, 2024, p.6).

Quando tratando de atores transnacionais não-governamentais (TNGO, sigla em inglês) no contexto da governança ambiental existe uma lacuna nos estudos sobre Movimentos Sociais (MS). O ator mais presente na produção acadêmica acerca de TNGO são as Organizações Não Governamentais (NGOs, sigla em inglês). Fato que pode ser observado buscando esses termos dentro de manuais sobre Política Ambiental Global. Apesar desses manuais não serem representações completas de toda uma área de estudo, eles tem como intuito principal apresentar um panorama geral de determinada área do conhecimento. Sendo assim, em "*The Handbook of Global Climate and Environment Policy*" (Falkner, 2013) o termo NGOs se repete 190 vezes, enquanto *social movement* somente 26 vezes. Já em "*Routledge Handbook of Environmental Policy*" (Jørgens et al, 2023) pode-se perceber a evolução ocorrida dentro de uma década, NGOs aparece 113 vezes enquanto *social movement* é mencionado 92 vezes⁴. No entanto, apesar de existir uma mudança observável, ela ainda não corresponde com a complexidade que os movimentos sociais representam dentro da atuação de TNGO nas questões climáticas.

O interesse por movimentos sociais e sua participação na política externa vem crescendo nas últimas décadas, assim como o envolvimento de movimentos sociais na formação de agenda na política externa (Jørgens et al, 2023, p. 187-199). No entanto, os trabalhos que se aprofundam na investigação dessa influência ainda são incipientes quando pensando na participação de MS. O presente artigo busca contribuir com essa área de pesquisa, buscando analisar a participação do movimento de catadores de materiais recicláveis nas discussões para o Tratado Global dos Plásticos, negociado no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Para tal, busca-se responder à pergunta: como ocorreu a internacionalização do movimento de catadores e quais suas demandas para as negociações do Tratado Global dos Plásticos?

⁴ A contagem desses termos dentro dos manuais foi feita com o mecanismo de busca simples presente em leitores de arquivo. Fazendo com que os achados não sejam representações completas dos manuais, considerando que sinônimos para os termos não foram incluídos no número final de repetições. As menções a *Nongovernmental organizations*, por exemplo, não foram incluídas em ONGs.

Parte-se da hipótese de que a internacionalização do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis materializou-se na Aliança Internacional de Catadores de Materiais Recicláveis, cuja participação ativa nas negociações do Tratado teve como principal objetivo assegurar a inclusão de suas demandas no mecanismo resultante das INCs - focando na demanda por um mecanismo de financiamento. Tal hipótese se baseia na existência de mecanismos como o *Green Climate Fund*, criado no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), que possibilitou o acesso a esse fundo monetário de forma simplificada para *grassroots organisations* (Tearfund; IAWP, 2025). Além disso, coloca-se como complemento a hipótese de que as demandas da Aliança se atentaram ao fim do ciclo de vida dos plásticos, ou seja, foco em estabelecer regulação e desenvolver tecnologias que auxiliem no descarte e reciclagem dos resíduos sólidos.

Portanto, o trabalho tem como objetivo geral analisar o processo de internacionalização do movimento dos catadores e suas demandas nas negociações do Tratado Global dos Plásticos. Para alcançar esse objetivo, os três objetivos específicos são: (1) desenvolver um entendimento acerca da formação do movimento de catadores de materiais recicláveis brasileiro; e a partir disso (2) compreender a internacionalização do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis; e por último (3) analisar as demandas da Aliança Internacional de Catadores de Materiais Recicláveis nas negociações do Tratado Global dos Plásticos. Ou seja, compreender o que essa categoria entende como elementos essenciais para uma execução bem sucedida dos objetivos presentes na Resolução 5/14 da UNEA.

Para além da introdução, o presente artigo organiza-se em quatro seções. Primeiro, é apresentada a metodologia qualitativa utilizada para embasar o estudo de caso e a análise de conteúdo. Em seguida, apresenta-se o marco teórico utilizado para compreender a institucionalização e transnacionalização de movimentos sociais. Terceiro, a seção apresenta o estudo de caso, focando no processo de internacionalização do movimento de catadores de materiais recicláveis e sua participação nas INCs do Tratado Global dos Plásticos. A última seção é a elaboração da análise de conteúdo, utilizando os documentos disponibilizados pela IAWP referentes às INCs.

1. METODOLOGIA

Partindo para as metodologias implementadas, é importante iniciar estabelecendo que a presente pesquisa terá caráter qualitativo. Em primeiro lugar, exploram-se as características de um estudo de caso, que pode ser definido como:

[...]uma estratégia de pesquisa baseada na investigação empírica em profundidade de um ou de um pequeno número de fenômenos de forma a explorar a configuração de cada caso e a elucidar características de uma classe maior de fenômenos (similares) através do desenvolvimento e da avaliação de explicações teóricas (Venesson, 2008, p. 226 *apud* Silva, 2023, p. 95).

Dessa forma, o presente trabalho constrói uma investigação em torno de um fenômeno específico: a internacionalização do movimento de catadores e a participação da IAWP nas negociações do Tratado Global dos Plásticos. Esse caso é utilizado, portanto, para compreender como esse fenômeno específico se insere em um debate mais amplo, referente à participação de movimentos sociais no processo decisório de negociações internacionais.

Além disso, também é importante fazer uma delimitação clara do caso sendo estudado, para possibilitar o alcance dos objetivos anteriormente apresentados. Considerando que a delimitação do caso é uma das características básicas da metodologia, segundo Silva (2023). Portanto, além de tratar da IAWP, também se dará um passo para trás de modo a observar o Movimento de Catadores de Materiais Recicláveis, representante brasileiro dentro da Aliança e força importante para a fundação da mesma. A partir daí, utilizando da teoria de Institucionalização dos Movimentos Sociais de Gurza Lavallo *et al* (2019), pode-se compreender se houve institucionalização desse movimento e como tal movimentação afeta a internacionalização do movimento social. Nesse ponto serão aproveitadas as teorias de Internacionalização de Tarrow (2001) e as ideias exploradas por Keck e Sikkink em “*Activists beyond borders*” (1998).

O arcabouço metodológico também inclui a utilização da análise de conteúdo manual, que será utilizada para o alcance do terceiro objetivo específico previamente citado. Portanto, cabe trazer uma das definições mais utilizadas para caracterizar a análise de conteúdo, com o intuito de esclarecer a escolha metodológica:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 2016, p. 48 *apud* Sampaio; Lycarício, 2021, p. 14).

Os documentos analisados são os relatórios, recomendações, *press releases* e todos os demais documentos disponibilizados pela Aliança em seu site oficial, no total vinte textos, dentro da seção *UN Plastic Treaty* ([UN Plastic Treaty – International Alliance of Waste](#)

[*Pickers*](#)). A separação desses documentos, organizados pelas cinco reuniões do tratado, aconteceu até julho de 2026, selecionou-se apenas os arquivos disponibilizados dentro das seções nesta página do site da IAWP. Assim, qualquer material disponibilizado depois desse período não foi analisado. Além disso, levando em conta a efêmera natureza que sites podem vir a ter, todos os documentos analisados também estão disponíveis em um [*projeto na Open Scene Framework*](#), o que permite que o material aqui observado não se perca com o tempo, e que a pesquisa seja replicável. Assim como Sampaio e Lycarião (2021) abordam, elementos como a replicabilidade de uma análise são essenciais para garantir a validade dos resultados encontrados.

Portanto, tendo estabelecido os documentos que serão utilizados, a análise de conteúdo foi feita a partir de uma pré-leitura desses, e a partir dela delimitou-se quatro pilares principais nas demandas da IAWP. Sendo eles, (i) a inclusão de terminologias específicas no corpo do texto, no geral se tratando da inclusão dos termos *Just transition* e *Waste pickers*; (ii) também se demanda a inclusão de definições claras para alguns termos, entre eles *Just transition* e *Waste pickers*; (iii) é recorrente a recomendação pela mudança de linguagem sugestiva por obrigatoriedade; e por fim o último pilar de demanda, (iv) a formação de um mecanismo de auxílio financeiro dentro do tratado, com destaque em verde. Tendo em vista os objetivos da pesquisa, construiu-se seis quadros, uma para cada reunião, em que neles se descreve os principais pontos discutidos em cada um dos documentos selecionados. Nos parágrafos introdutórios da análise de conteúdo descreveu-se novamente essa organização.

2. O ESTUDO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: DO TRADICIONAL AO TRANSNACIONAL

2.1. Teorias Tradicionais dos Movimentos Sociais

Com o fim da Guerra Fria, a sociedade civil organizada passou a apresentar uma roupagem nova. Anteriormente, as mobilizações sociais tinham um caráter revolucionário, o objetivo final era o de mudança de sistema. A União Soviética ainda projetava sua sombra por todo o mundo capitalista, a ação coletiva era de luta de classes, proletariado contra a burguesia. Mas com o enfraquecimento e eventual ruptura do antes gigante soviético, os gritos revolucionários europeus e estadunidenses dos anos 1930 se transformaram em multidões pacíficas marchando pelo fim da guerra do Vietnã (Gohn, 1997). As mobilizações urbanas entraram em um processo de transição, saindo de uma temática baseada em lutas de classes e indo para um contexto de lutas identitárias (direitos civis, feminismo, movimento negro, LGBTQ) ou de estilo de vida (pacifismo e ambientalismo), que contavam com militantes tanto da base quanto do meio da pirâmide social (Gohn, 1997; Alonso, 2009). É nesse momento que se cunhou o termo Movimentos Sociais, para descrever essa forma de organização baseada em bandeiras novas, ou pelo menos com nova popularidade, nelas o foco estava em mudanças na qualidade de vida, e não nas condições de vida. Inglehart descreveu essas demandas como “pós-materiais” em 1971 (*apud* Alonso, 2009).

A partir dessa conjuntura, Angela Alonso (2009) coloca o foco em três famílias teóricas principais, sendo elas: Teoria de Mobilização de Recursos (TMR), Teoria do Processo Político (TPP) e Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS). Começando com Olson no final dos anos 1960 (*apud* Gohn, 1997), tem-se uma mudança de paradigmas na área de estudos dos movimentos sociais. McCarthy e Zald (*apud* Alonso, 2009) expandem essas ideias, desenvolvendo a TMR, a qual foca no processo de mobilização, utilizando da sociologia das organizações para investigar a burocratização dos movimentos sociais. Em grande parte ignorando as ideologias e valores caracterizam essas mobilizações. A TMR é construída como contraposição para os paradigmas clássicos, que tinham um enfoque em aspectos individuais, nos sentimentos, descontentamentos e quebra de normas. A TMR observa os movimentos com uma perspectiva coletiva nos quais a longevidade gera a burocratização. Além disso, como o próprio nome sugere, a variável mais importante para a TMR são os recursos. Nela os movimentos são dependentes da posse de recursos materiais e imateriais para seu funcionamento. Para a TMR os movimentos não são diferentes de lobbies

ou partidos, pelo contrário, esses são seus maiores competidores por recursos e oportunidades (Gohn, 1997; Carlos, 2024).

Ambas as demais teorias, do Processo Político e a dos Novos Movimentos Sociais, apresentam representações macro-históricas combinando aspectos culturais e políticos, usando como elemento explicativo o histórico que esses movimentos já tinham na Europa. Essas teorias divergem, no entanto, em suas bases; a TPP é uma teoria de mobilização política enquanto a TNMS é uma teoria de mudança cultural (Alonso, 2009).

Segundo Charles Tilly (1975 *apud* Alonso, 2009), um dos principais nomes por trás da TPP, a solidariedade é elemento fundamental para a coordenação desses movimentos. No entanto, ela depende de “estruturas de mobilização”, que seriam os recursos formais e informais utilizados na organização. Portanto, “a mobilização é, então, o processo pelo qual um grupo cria solidariedade e adquire controle coletivo sobre os recursos necessários para sua ação” (Alonso, 2009, p. 55). Outros estudiosos da TPP priorizaram também o papel de incentivos e constrangimentos políticos como mecanismos de encorajamento na participação dos confrontos políticos (Carlos, 2024). Por essa ótica teórica, os movimentos sociais caracterizam-se como formas de ação coletiva, não atores.

De forma mais generalista, os teóricos da Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), principalmente Touraine (1989 *apud* Alonso, 2009), entendem que, ao longo do século XX, mudanças estruturais de como a sociedade capitalista ocidental funciona teriam causado um afastamento da produção industrial e do trabalho em si. Dando espaço para que novos temas pudessem florescer dentro das mobilizações coletivas. Esse resultado é nomeado de “sociedade pós-industrial”, nela conflitos que antes tomavam um cunho exclusivamente econômico agora se infiltraram em todas as camadas da vida social.

Importante observar, no entanto, que todas essas teorias sobre os movimentos sociais têm suas formações dentro de contexto do Norte Global, a TMR e a TPP nascendo nos Estados Unidos e a TNMS na Europa (Alonso, 2009). Portanto, certas características podem ser adaptadas para a realidade Latino Americana, porém é importante ter em mente que o contexto cultural é diferente. Nesse momento que o termo Movimento Social é criado para descrever essas formas de organização social, o Brasil ainda passava por um período ditatorial, direitos básicos eram cerceados, e a oposição ao governo era cassada. À vista disso, em textos tratando do contexto nacional, como “Movimentos Sociais e Institucionalização” (Gurza Lavalle *et al*, 2019), a virada na organização dos movimentos sociais e a nova roupagem que eles tomam acontece no período pós-transição democrática.

Além disso, assim como é explorado por Euzeneia Carlos (2024) no âmbito dessa literatura tradicional sobre os movimentos sociais existe uma grande lacuna quando tratando da relação entre os Movimentos Sociais e o Estado. Para a autora, todas as teorias discutidas, apresentam os movimentos sociais e o Estado em posições antagônicas entre si, trazendo uma análise dicotômica - autoridade *versus* desafiante, outsider *versus* insider (Carlos, 2024). Apesar disso, quando observamos o exemplo brasileiro percebemos justamente o contrário. Até mesmo antes da ascensão de um governo de esquerda em 2003, já existia uma relação colaborativa entre movimentos sociais e o Estado brasileiro (Gurza Lavalle *et al*, 2019). O próximo tópico entrará um pouco mais a fundo sobre as críticas dessas teorias e a relação entre movimentos sociais e Estado.

2.2. Teorias Contemporâneas e a Relação entre Movimentos Sociais e Estado

As teorias tradicionais até agora apresentadas possuem três pontos principais em comum que vem sendo criticados. O primeiro já foi citado anteriormente, a dicotomia colocada entre Estado e movimentos. Os autores diminuem a ação dos movimentos, caracterizados quase exclusivamente como agentes socioculturais, ignorando sua potencialidade sociopolítica. O segundo trata da percepção que o modelo de interação entre sociedade civil organizada e Estado se baseia no conflito, na disputa de poder entre esses agentes. Além disso, esse modelo também caracteriza as estratégias de ação desses movimentos somente como protestos públicos, interpretando o engajamento do movimento dentro da esfera pública como a sua institucionalização. Assim, chega-se à terceira crítica levantada, as teorias tradicionais associam qualquer colaboração entre atores coletivos e Estado à institucionalização dos primeiros, gerando sua anexação à estrutura governamental e sua burocratização. Assim os tornando mais complexos, e por consequência alterando seus objetivos base e desmobilizando a militância anteriormente empregada (Carlos, 2024).

No entanto, essas percepções acabam restringindo o entendimento de como os Movimentos Sociais verdadeiramente funcionam, e quais suas capacidades de atuação. Em teorias contemporâneas, inicialmente, essas ideias começaram a ser desbancadas focando na “participação” e na “interação” entre esses atores, assim inicia-se a desconstrução da ideia que o diálogo entre Estado e movimentos acontecia a longa distância, os dois estando em mundos separados. Gurza Lavalle *et al* (2019) vão além, dentro do Neo-Institucionalismo Histórico, a análise se utiliza do conceito de “mútua constituição” para descrever essa relação entre Estado e MSs, apresentando como é benéfico para ambos que essa relação se desenvolva de forma cooperativa. Essa relação feita entre MSs e Estado via instituições é descrita a partir de três

assertivas: (i) em sociedades complexas podem ter tanto relações conflituosas quanto colaborativas entre detentores de poder e movimentos, muitas vezes colaborando na elaboração e implementação de políticas públicas, (ii) os MSs se relacionam com o Estado de forma plural, promovendo articulações institucionais e não institucionais, (iii) o uso de canais institucionais para o alcance de objetivos não acarreta necessariamente em desmobilização do movimento (Gurza Lavalle et al, 2019, p. 39). Esclarecendo, a razão para que exista esse interesse por parte dos MSs em buscar algum grau de institucionalização é:

a informalidade aumenta a contingência dos resultados da disputa política; por outras palavras, MSs estão em primeira instância comprometidos com a defesa de agendas substantivas e a institucionalização é um recurso para fazer avançar tais agendas e protegê-las das contingências da política (Gurza Lavalle et al, 2019, p. 42).

Ou seja, no intuito de não só alcançar seus objetivos, mas também garantir que eles se mantenham de forma mais permanente, movimentos utilizam da institucionalização e colaboração governamental como uma ferramenta.

Além disso, os autores acrescentaram a esse marco teórico dois conceitos que serão utilizados para melhor entender a institucionalização das demandas desses movimentos na prática. O primeiro sendo o conceito de “encaixes” que é definido como:

sedimentações institucionais de processos de interação socioestatal que ganham vida própria (artefatos: instrumentos, regras, leis, programas, instâncias, órgãos) e mediante as quais atores sociais são, em alguma medida, bem-sucedidos em dirigir de modo contínuo a seletividade das instituições políticas ao seu favor, ampliando sua capacidade de agir (Gurza Lavalle et al, 2019, p. 47).

Portanto, esse conceito possui dupla conotação, ele é simultaneamente um artefato institucional com força própria, e resultado de interações socioestatais. Isso posto, esses encaixes se articulam horizontal e verticalmente, a depender da hierarquia em que operam, suas especificidades e seu alcance político. Essa distinção é importante para o segundo conceito - “domínio de agência” - já que ele é uma continuação do conceito de encaixes. A articulação e cristalização de diversos encaixes institucionais possibilita a formação desses domínios de agência, ou seja, a distinção entre encaixes com articulação horizontais ou verticais auxilia em diferenciar quanto o alcance e potência dessa rede de encaixes é maior, gerando um domínio de agência. Esse conceito é relevante pois é ele que explica a possibilidade de se obter legitimidade de ação em determinada área (Gurza Lavalle *et al*, 2019).

Acrescentando a esse cenário, observa-se que a institucionalização não necessariamente acarreta na desmobilização dos movimentos sociais, e sim em uma

combinação dessa nova complexidade organizacional – especialização, profissionalização, novos financiamentos e formalização das estratégias – com a mobilização já existente, além de auxiliar no reconhecimento de agentes estatais como interlocutores válidos (Carlos, 2015). Além disso, em suas interações com organismos estatais os movimentos demonstram aplicar uma pluralidade de mecanismos e modelos de ação, ou seja, esse processo de institucionalização não é um monólito, cada caso apresenta suas particularidades (Carlos, 2024).

Um exemplo dessa categoria de ativismo está no movimento ambientalista brasileiro, entre os anos 1970 e 1980 o foco era voltado para a organização de protestos criativos com alto impacto. No entanto, com a redemocratização, a partir dos anos 1990 a cena muda, nesse momento começam negociações formais que contam com o suporte de integrantes do governo, além da eleição para cargos dentro da máquina governamental de lideranças vindas de dentro desses movimentos. Atualmente esse movimento ambientalista é mais associado com formas legítimas de conhecimento científico e não tanto com protestos públicos (Alonso; Maciel, 2010).

As teorias exploradas aqui apresentam explicações e definições mantendo os movimentos sociais dentro de um contexto nacional, no entanto, quando observamos o contexto mundial observamos uma tendência de transnacionalização das políticas e demandas sociais de grupos domésticos. A próxima seção tratará desse campo de estudos e suas teorias sobre a internacionalização, ou transnacionalização, dos movimentos sociais e suas políticas.

2.3. Transnacionalização de Movimentos Sociais

Os estudos sobre *transnational politics* vem evoluindo desde a década de 1970 quando Nye e Keohane cunharam o termo. Ao criticarem a teoria realista, os autores propuseram uma alternativa a essa literatura, denominada *world politics paradigm* (1971 *apud* Tarrow, 2001). No entanto, apesar de seus trabalhos desencadearem um novo debate dentro das teorias de Relações Internacionais, a definição utilizada por eles reconhecia contenciosos transnacionais apenas dentro de uma visão limitada de difusão de ideias e atitudes. Somado a isso, mesmo com esse novo debate florescendo durante a década de 1970, ele se limitou às relações econômicas transnacionais, principalmente em termos de cooperação multinacional. Ignorando a realidade, que até mesmo na época, grande parte da organização transnacional acontecia focada em temas políticos e humanitários e não diretamente econômicos (Tarrow, 2001).

A partir do enfraquecimento da Guerra Fria, no entanto, houve uma abertura do campo de estudos para perspectivas que iam além de questões econômicas. Nas décadas de 1980 e 1990 observou-se o crescimento de três vertentes teóricas: o institucionalismo sociológico, focado no mapeamento do isomorfismo de normas e instituições em áreas dispersas do globo; uma vertente focada em compreender a interseção entre relações transnacionais e estruturas domésticas; e a virada normativa, derivada em grande parte das teorias construtivistas. Apesar disso, Tarrow (2001) coloca que essas três vertentes trouxeram um resultado inesperado, elas ajudaram a criar uma ponte entre relações internacionais e o campo de *contentious politics*, campo de estudo focal para as definições e perspectivas de Tarrow (2001).

Essa fusão de ideias, entretanto, resultou em um arcabouço teórico que para Tarrow (2001) é incorreto, principalmente quando tratando da utilização do termo globalização. Além da persistência de lacunas metodológicas, a principal delas sendo a ausência de definições claras para grupos centrais dentro de *contentious politics*, esses sendo – movimentos sociais, organizações internacionais não governamentais (INGOs sigla em inglês) e redes transnacionais de ativismo (TANs sigla em inglês). Portanto, o autor buscou construir definições mais aderentes que facilitam a diferenciação desses agentes internacionais.

Sendo assim, o autor define MS como grupos mobilizados socialmente que frequentemente são engajados em relações contenciosas com *powerholders*, no qual pelo menos um ator, além desse MS, é alvo ou participante. Enquanto MS transnacionais são definidos similarmente, o principal diferencial é que deve existir a mobilização de grupos contenciosos em pelo menos dois Estados, o autor trás da seguinte forma: “grupos socialmente mobilizados com constituintes em pelo menos dois estados, envolvidos em interação contenciosa sustentada com detentores de poder em pelo menos um estado diferente do seu, ou contra uma instituição internacional, ou um ator econômico multinacional” (tradução nossa, Tarrow, 2001, p. 11)⁵.

Para Tarrow (2001) INGOs interagem com os mesmo atores internacionais que MS transnacionais – Estados, atores multinacionais e instituições internacionais. No entanto, a principal diferença entre eles é comportamental. INGOs operam dentro de canais estatais para avançar seus objetivos, mantendo relações transacionais com esses atores. Enquanto MS transnacionais, necessariamente, mantém relações contenciosas, ou seja, um estado de constante disputa.

⁵“socially mobilized groups with constituents in at least two states, engaged in sustained contentious interaction with powerholders in at least one state other than their own, or against an international institution, or a multinational economic actor” (Tarrow, 2001, p. 11).

Finalizando, a melhor definição para TANs vem de Keck e Sikkink “uma rede de defesa transnacional inclui aqueles atores relevantes que trabalham internacionalmente em uma questão, que estão unidos por valores compartilhados, um discurso comum e trocas densas de informações e serviços” (1998, p.2)⁶. Complementando essa definição elas também as descrevem como “Eles são organizados para promover causas, ideias baseadas em princípios e normas, e frequentemente envolvem indivíduos que defendem mudanças políticas que não podem ser facilmente ligadas a uma compreensão racionalista de seus “interesses”” (Keck; Sikkink, 1998, p.8-9)⁷. E assim como Tarrow (2001) descreve quando tratando das ideias apresentadas pelas autoras, enquanto movimentos sociais transnacionais e INGOs são entidades separadas, TANs podem vir a englobar ambos.

Tarrow (2001) conclui colocando que redes de ativismo utilizam as Instituições Internacionais como “recifes de corais” entre as comunidades de ativistas. Possibilitando que diferentes grupos de ativismo interajam, troquem experiências e formem coalizões. Criando um cenário em que Instituições Internacionais, mecanismos criados por Estados, tornam-se potencialmente o palco para a formação de novos contenciosos e disputas.

⁶“A transnational advocacy network includes those relevant actors working internationally on an issue, who are bound together by shared values, a common discourse, and dense exchanges of information and services” (Keck; Sikkink, 1998, p.2).

⁷“they are organized to promote causes, principled ideas, and norms, and they often involve individuals advocating policy changes that cannot be easily linked to a rationalist understanding of their “interests”” (Keck; Sikkink, 1998, p.8-9).

3. CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS COMO MOVIMENTO SOCIAL: TRAJETÓRIA HISTÓRICO-INSTITUCIONAL DO NACIONAL AO INTERNACIONAL

3.1. Do nacional ao internacional

No dia cinco de Abril do ano 1990 foi publicado o Decreto Municipal Nº 28.649 em São Paulo, nele a capital paulista tornou-se a primeira cidade brasileira a reconhecer o trabalho organizado dos catadores de papel, papelão e assemelhados. Antes disso, em 1989 fundou-se a primeira cooperativa de catadores do Brasil também em São Paulo, a COOPAMARE, e no ano seguinte em Minas Gerais a fundação da Associação de catadores de Belo Horizonte, a ASMARE (MNCR, 2026). Além disso, ainda no início da década de 1990 começaram a surgir outras associações e cooperativas de catadores em outras capitais pelo país, como em Brasília e Porto Alegre (Bortoli, 2013, p. 249). Essas movimentações representam como, nesse momento no fim do século XX, essa classe de trabalhadores começou a se organizar politicamente. No entanto, isso não significa que eles não existiam anteriormente, já que o trabalho de catadores em grandes lixões no Brasil é registrado desde o final do século XIX (Benvindo, 2010 *apud* Pinheiro; Francischetto, 2021). Apesar disso, é possível observar um diferencial na organização política dessas primeiras cooperativas, que buscavam melhorar a qualidade de vida coletiva da classe como um coletivo.

Aqui é interessante trazer o foco das atividades do movimento: uma melhoria de vida coletiva. Assim como Pinheiro e Francischetto (2021) argumentam, a luta política travada pelos catadores no Brasil tem principalmente o intuito de efetivar direitos fundamentais já garantidos constitucionalmente, ou seja, direitos basilares que seguindo o ordenamento jurídico brasileiro deveriam ser garantidos a toda a população, mas que na realidade isso não se concretiza. Dentro desse contexto, a catação muitas vezes se apresenta como uma alternativa ao desemprego dentro de uma lógica de exclusão capitalista. Considerando que em sua maioria catadores são pessoas já marginalizadas socialmente, com um pouco mais de 20% deles se considerando analfabetos e cerca de 66% se afirmando como negros, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) feita em 2012 pelo IBGE (Ipea, 2016). Portanto, cooperativas e associações dos catadores começaram a surgir nesse momento, final da década de 1980 e início da década de 1990, com o intuito de defender os direitos básicos dessa população de trabalhadores, que até então não possuíam seu trabalho legitimado pelo Estado.

A Partir de 1993 a Fraternidade das Oblatas de São Bento foi responsável por organizar o Fórum Nacional de Estudos sobre a População de Rua, reuniões estaduais e nacionais que foram essenciais para a troca de vivências e experiências por parte de catadores que já vinham começando a se organizar a nível local (MNCR, 2026). Encontros e discussões que eventualmente resultaram no 1º Congresso Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis, que reuniu mais de 1600 catadores e catadoras em Brasília (2001). Além da criação oficial do MNCR, nele foi lançada a Carta de Brasília, documento que é dividido em três eixos principais de propostas quando tratando das necessidades da população que sobrevive da atividade de catação: i. em relação ao poder Executivo, ii. relação a cadeia produtiva e iii. em vista da cidadania dos Moradores(as) de Rua (MNCR, 2001; MNCR 2026).

Aprofundando-se nas propostas estabelecidas na Carta de Brasília, o primeiro eixo, em relação ao poder executivo, é em grande parte representado pelo seu ponto inicial a “garantia de que, através de convênios e outras formas de repasse, haja destinação de recursos da assistência social para o fomento e subsídios dos empreendimentos de Catadores de Materiais Recicláveis que visem sua inclusão social por meio do trabalho” (MNCR, 2001, online). Nos pontos desse primeiro eixo, os catadores apresentaram seu interesse em serem incluídos quando pensando em políticas públicas de saneamento básico e coleta seletiva, tendo o reconhecimento da relevância de seu trabalho pelo Estado e investimento para que tal trabalho seja realizado (MNCR, 2001). Já o segundo eixo, em relação a cadeia produtiva, possui apenas um ponto: que os recursos públicos para a industrialização de materiais recicláveis sejam prioritariamente investidos em projetos de empresas sociais de catadores. Assim os dando o domínio sobre a cadeia de reciclagem aos trabalhadores. Finalizando, o terceiro eixo, em vista da cidadania dos Moradores(as) de Rua, é representativa das ideias de Pinheiro e Francischetto (2021), nela os tópicos propõem a garantia dos direitos básicos dessa população já previstos na Constituição Federal de 1988: habitação, educação, atendimento no sistema unificado de saúde e direitos trabalhistas, dentro dessas propostas destacam-se as seguintes:

3.1 – Reconhecimento, por parte dos governos, em todos os níveis e instâncias, da existência da População de Rua, incluindo-a no Censo do IBGE e garantindo em lei a criação de políticas específicas de atendimento às pessoas que vivem e trabalham nas ruas, rompendo com todos os tipos de discriminação.

[...]

3.6 – Inclusão dos Moradores de Rua no Plano Nacional de Qualificação Profissional, como um segmento em situação de vulnerabilidade social, garantindo seu encaminhamento a formas de trabalho que geram renda (MNCR, 2001, online).

Um ano depois da publicação da Carta de Brasília já se colhia frutos positivos desse Congresso. Em acordo com o que foi proposto no tópico 1.2., em 2002 o Ministério do

Trabalho e Emprego lançou uma portaria incluindo os Catadores na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), constando como “trabalhadores da coleta e seleção de material reciclável” com o código 5192 (Brasil, 2026). Especialmente significativo considerando que a classificação foi desenvolvida com consultoria de cooperativas (MNCR, 2026). Nesse momento o Brasil se tornou o primeiro país a ter a classificação do trabalho de catadores oficializada de forma estatal, legitimando essa ocupação (Gutberlet, 2021). Ao longo do início dos anos 2000 foi se tendo pequenas vitórias para essa classe de trabalhadores, muito graças a um interesse que os governos Lula e eventualmente Dilma tiveram (Ipea, 2016). O primeiro grande salto veio em 2007 com a Política Nacional de Saneamento (PNS), a Lei 11.445/07. Nela se retirava a necessidade de licenciatura para a contratação de associações e cooperativas de catadores por municípios, facilitando a burocracia da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos. No entanto, o marco normativo para esse setor de resíduos sólidos veio em 2010 com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), a Lei 12.305/10 (Ipea, 2016, p. 29).

A PNRS é relevante por determinar metas e prazos, definir conceitos e estabelecer responsabilidades, de forma normativa e unificada quando tratando dos procedimentos acerca dos resíduos sólidos. Anteriormente existiam resoluções e legislação incubidas de regulamentar aspectos da gestão de resíduos sólidos⁸, no entanto, foram deixadas lacunas legislativas. A PNRS vem como forma de esclarecer responsabilidades e deveres, aprimorando a gestão ambiental como um todo (Marotti; Pereira; Pugliesi, 2017). Além disso, a comparando com legislações similares internacionalmente, a PNRS se destaca por trazer de forma integrada as dimensões Sociais, Ambientais e Econômicas. Ampliando a relevância das organizações de catadores, os colocando como fornecedores de serviços de logística reversa (Pisano; Demajorovic; Besen, 2022).

Aqui, pode-se retornar ao arcabouço analítico abordado anteriormente. No caso do movimento de catadores brasileiro pode-se observar o conceito de mútua constituição, visto que, esses avanços legislativos vêm não só com a participação direta do movimento, mas também com a demanda do Estado para que tal participação aconteça. Esse reconhecimento legislativo acontece tanto por meio de menções à atividade da catação, quanto pelo reconhecimento de seu valor dentro da cadeia de vida dos produtos plásticos e recicláveis.

⁸ De forma generalista o artigo 225 da Constituição Federal de 1988 coloca como um direito universal o meio ambiente equilibrado, ou seja, colocando como um dever estatal fazer com que isso aconteça. No entanto, a maioria das questões específicas sobre a governança de resíduos sólidos, que precederam a PNRS, vinham na forma de resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente, em conjunto com a anteriormente citada lei 11.445/07, a Política Nacional de Saneamento (Marotti; Pereira; Pugliesi, 2017).

Para exemplificar esse reconhecimento, o termo “catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis” aparece doze vezes na PNRS, distribuído ao longo de todo o texto da lei, aparecendo desde as seções tratando de princípios e objetivos, instrumento e instrumentos econômicos, até sendo citados sete vezes ao longo do capítulo II da lei “DOS PLANOS DE RESÍDUOS SÓLIDOS” (Brasil, 2010).

Além disso, fica evidente a existência de encaixes, como apresentado por Gurza Lavalle *et al* (2019), já que esses avanços legislativos são sedimentos institucionais resultados de uma aproximação sócio-estatal, entre organismos governamentais e movimento social. Portanto, essa linha do tempo de encaixes a nível nacional, primário com o reconhecimento na CBO, depois com a participação em discussões sobre legislações relevantes como a Política Nacional de Saneamento em 2007 e a PNRS em 2010, permite que se construa um conjunto de encaixes capazes de institucionalizar âmbitos de atuação que facilitam a capacidade de ação de cooperativas e associações, conforme prescrito na legislação. Ou seja, trata-se de um domínio de *agência*, retomando outro conceito de Gurza Lavalle *et al* (2019), mas também destacando agência porque são justamente esses artefatos institucionais que favorecem a capacidade de *agir* do MNCR.

No entanto, enquanto essas eram as movimentações acontecendo a nível nacional, a nível internacional já em janeiro de 2003 o MNCR organizou o primeiro Congresso Latino-Americano de Catadores, sediado na cidade de Caxias do Sul (RS), e contou com a presença de 800 catadores representando suas respectivas classes vindos do Brasil, Uruguai e Argentina. A partir das reuniões no Congresso foi elaborada e lançada a Carta de Caxias do Sul, em que os catadores presentes declararam:

descobrimos o valor e o significado do nosso trabalho: coletando e reciclando materiais descartados, somos agentes ambientais e contribuimos com a limpeza das cidades. A organização de associações e cooperativas criou a possibilidade de trabalho e renda para os setores mais excluídos da sociedade.

Por tudo isso, o trabalho e as organizações dos Catadores são uma luz que aponta na direção de um novo modelo de desenvolvimento para nossas cidades e para nossos povos. Nossa experiência mostra que todas as pessoas podem ser muito mais felizes e saudáveis. Basta dar valor a tudo e reciclar tudo o que for possível, reciclando a própria vida (MNCR, 2003, online).

Este documento trouxe a primeira percepção de que a luta travada pelos catadores é algo que vai além das fronteiras nacionais, nele se estabelece que a classe como um todo enfrenta dificuldades similares. A Carta termina com uma lista de compromissos que os presentes ali assumem, a maior parte desses indo na mesma vertente da Carta de Brasília, pontuando como foco a luta pela garantia de direitos básicos e inserção de associações e cooperativas de catadores junto ao poder público quando pensando e praticando políticas públicas sobre

resíduos sólidos. Entretanto, a Carta redigida em Caxias do Sul tem um ponto que a diferencia. Seu último ponto é o compromisso de mobilização das organizações de catadores contra a guerra que acontecia naquele momento no Iraque, especificando uma oposição à militarização do continente americano por meio de bases estadunidenses (MNCR, 2003). Posicionando o Movimento de Catadores politicamente em uma questão internacional que vai além do que se pode pensar como pautas focais desse movimento.

Continuando essa jornada, em 2005 aconteceu na cidade de São Leopoldo, município no Rio Grande do Sul, o segundo Congresso Latino-Americano de Catadores que contou com a participação de mais de mil pessoas, entre brasileiros, argentinos, uruguaios, chilenos e colombianos. No documento produzido nesse congresso, pode-se observar um amadurecimento das pautas defendidas pelos catadores. Os pontos estabelecidos na carta de Caxias do Sul tem um caráter mais generalista, trazendo pelo o que o movimento dos catadores lutam, mas sem ir muito a fundo como alcançar esses objetivos de luta. Enquanto no segundo congresso uma maioria das pautas colocadas como focais dentro da luta dos catadores é apresentada de forma mais específica, determinando caminhos possíveis para seu alcance. Para exemplificar esse ponto, observa-se como a questão da Previdência Social é trazida em ambos os documentos. O sétimo tópico da carta de Caxias do Sul, “lutar por novas formas de acesso dos Catadores aos benefícios da Previdência Social;” (MNCR, 2003, online), trouxe essa pauta de forma geral, sem nenhuma especificidade quanto a como esse objetivo pode ser alcançado. Enquanto isso, o terceiro tópico apresentado na carta de São Leopoldo apresenta o mesmo tópico de forma um pouco mais amadurecida e específica,

Avançar no processo permanente de formação e capacitação, garantindo maior autonomia nas lutas e maior capacidade para conquistar políticas públicas e novas leis que realizem nossos direitos; e de modo especial, os direitos à Previdência Social pública e os da remuneração pelo trabalho socioambiental realizado pelos Catadores/as e suas organizações (MNCR, 2005, online).

“Não há fronteiras para os que exploram... não deve haver para os que lutam” (Fernández, 2026, online) foi o mantra que se tornou representativo dessa reunião, além de ser significativo do desenvolvimento que alcançava o movimento de catadores da América Latina naquele momento. Em texto escrito anos após o segundo congresso, Lucía Fernández, coordenadora da *Women in Informal Employment: Globalizing and Organizing* (WIEGO), fez um questionamento que demonstra a relevância dessa reunião como uma virada de chave e primeiro passo na construção da Aliança Internacional de Catadores de Resíduos: “quem imaginaria, naquele primeiro encontro, que oito anos depois, esses mesmos líderes e países

fariam parte de uma rede que, até hoje, reúne organizações da Ásia, África e América Latina?” (Fernández, 2026, online).

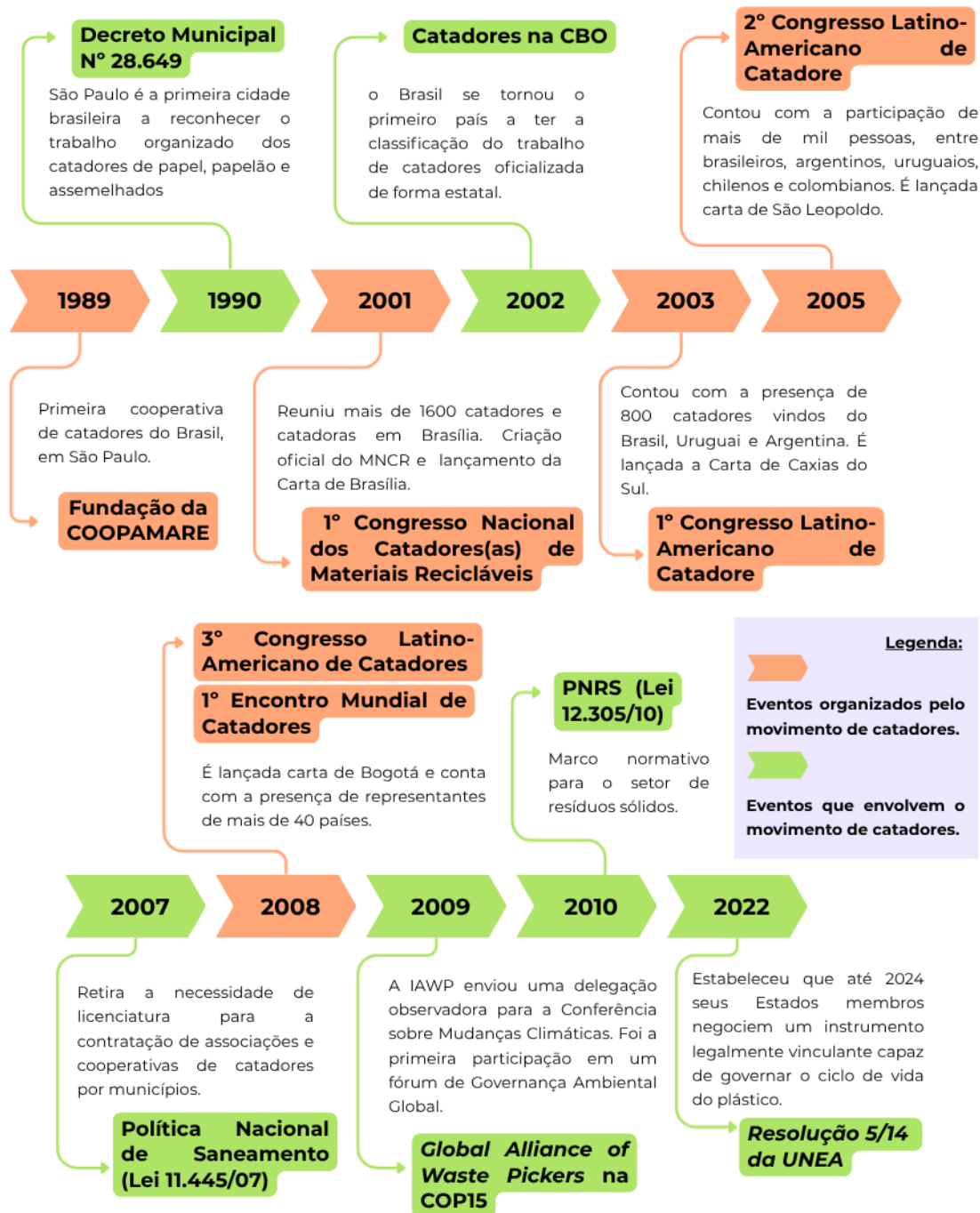
Três anos depois, em 2008, aconteceu em Bogotá (Colômbia) o terceiro Congresso Latino-Americano de Catadores e primeiro Encontro Mundial de Catadores. O MNCR envia uma delegação de 12 catadores (MNCR, 2026), além deles, o congresso latino-americano contou com outras 14 delegações de diferentes países da América Latina, enquanto o encontro mundial contou com a presença de representantes de mais de 40 países⁹. No geral os pontos abordados na carta de Bogotá são similares aos já levantados em cartas anteriores, o grande diferencial é justamente essa internacionalização acontecendo no movimento dos catadores. Aqui além de começar a tomar uma proporção maior dentro da própria América Latina, sendo o primeiro entre os três congressos a não ser sediado no Brasil e ir além da participação exclusiva de países da região mais ao sul do continente, é nesse encontro que tem se uma extensão para outros continentes, agora contando com países das Américas, Ásia e África (MNCR, 2008)¹⁰.

Dando continuidade a essa projeção internacional estabelecida em Bogotá, nos anos seguintes acontecem reuniões de um comitê provisório para uma nascente organização internacional de catadores, sediadas em Durban (2009), Belo Horizonte (2010) e Bangkok (2011). Em 2009, os catadores, nesse momento usando o nome *Global Alliance of Waste Pickers* predecessor da IAWP, enviaram para a Conferência sobre Mudanças Climáticas em Copenhagen COP15 uma delegação observadora. Essa foi a primeira participação de uma organização de catadores em um fórum de Governança Ambiental Global. Foi a partir dessa e das subsequentes participações em fóruns globais que a IAWP conseguiu incluir-se desde os momentos iniciais das negociações do tratado global dos plásticos, já em sua resolução inicial, onde é reconhecida a relevância de trabalhadores informais e cooperativas para a reciclagem dos plásticos (O’Hare; Nøklebye, 2024; UNEP, 2022; Fernández, 2026). A Figura 1 apresenta uma linha do tempo com os principais eventos citados nesta seção, foi elaborada para auxiliar na visualização dessas movimentações.

⁹ Na carta de Bogotá esse dados sobre os países participantes está escrito de forma confusa, lá são citados representantes de 43 países e delegações de 28 países, aqui trago a citação direta da carta “Recicladores delegados de 15 países latinoamericanos, 3 de norte América, 5 de África y 6 de Asia, 28 países de los 43 que participaron en el Congreso [...]” (MNCR, 2008, p.2), se atentando a soma dessas delegações, são 29 países e não 28 como é colocado logo em seguida, além disso, em texto já anteriormente citado, escrito por Lucía Fernández (2026, online), ela coloca o número de países como 42, e não 43 como está presente na carta de Bogotá. Devido a essa incerteza, foi colocado o número de forma mais vaga.

¹⁰ A página com a carta de Bogotá no site do MNCR atualmente não está funcionando, no entanto, o acesso foi permitido graças a uma versão desse link salva no wayback machine. Para facilitar o acesso dentro do âmbito desta pesquisa todas as cartas citadas foram salvas em pdf, e esses foram colocados no mesmo projeto na Open Scene Framework incluída na seção de metodologia.

Figura 1 - Linha do Tempo do MNCR



Fonte: elaboração própria.

Diante do que foi apresentado sobre o processo de internacionalização do movimento dos catadores, retornando ao arcabouço teórico desenvolvido por Tarrow (2001), já a partir de 2003, com o primeiro Congresso Latino-Americano, pode-se dizer que esse MS se transnacionaliza. Com base na definição estabelecida, o fato que atores de diferentes países se juntaram com o intuito de trocar experiências, e a partir disso perceberam que possuem contenciosos similares, permite que se caracterize esse movimento como um MS transnacional. Os eventos e movimentações que aconteceram na sequência, eventualmente

culminando na criação da Aliança, possibilitaram que esse MS se tornasse uma rede transnacionais de ativismo. Levando em conta as descrições do autor, MS transnacionais podem vir a ser englobados por TANs. Esse é o caso do MNCR, que auxilia nos primeiros passos da internacionalização desse MS e atualmente é englobado como parte da IAWP.

3.2. Os Catadores de Materiais Recicláveis no Tratado Global dos Plásticos

No dia 24 de abril de 2025, Severino Lima Júnior, atual presidente da IAWP, foi convidado a falar em uma audiência pública¹¹ com a finalidade de debater “o posicionamento do Brasil perante as negociações do Tratado Global de Combate à Poluição por Plásticos”. Esse convite para participar do processo decisório da posição brasileira é extremamente relevante, mas pouco inédito. Ao longo das negociações para o tratado a presença de catadores integrando a delegação brasileira foi um marco constante. Em sua fala de abertura a diplomata Maria Angélica Ikeda trouxe esse foco, pontuando que o posicionamento brasileiro é de uma solução para a problemática ambiental dos plásticos sem perder o foco dos impactos que ele tem na saúde humana e do desenvolvimento sócio-econômico, dentro desse, com ênfase nos trabalhadores informais e catadores de materiais recicláveis. O Brasil teve o ineditismo de ser o primeiro país a contar com um catador em sua delegação oficial, nas negociações seguintes outros países começaram seguir esse exemplo (Brasil, 2025).

No entanto, antes de aprofundar a caracterização da participação do movimento de catadores no Tratado, considera-se relevante caracterizar as negociações e a forma como se organizaram ao longo de suas seis sessões – sendo a quinta delas dividida em duas partes – para que, então, seja possível posicionar a IAWP como ator nesse cenário. Em 2022, a Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEA), passou a Resolução 5/14 em Nairobi, estabelecendo que até 2024 seus Estados membros negociem um instrumento legalmente vinculante capaz de governar o ciclo de vida do plástico e acabar com a poluição plástica, terrestre e marítima (UNEP, 2022). Considerando esses objetivos, é seguro dizer que o tempo projetado inicialmente para as negociações, de apenas dois anos, foi extremamente ambicioso (Dauvergne *et al*, 2025), principalmente levando em conta todos os stakeholders poderosos envolvidos no ciclo de vida do plástico. Sendo assim, essas negociações envolveram a necessidade de se manejar distintos interesses, nessa seção trouxe como essa disputa política se organizou ao longo das reuniões do tratado e os pontos defendidos por

¹¹ Organizado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoaudiencia?id=33380> Acesso em: 15 jul. 2026.

esses diferentes grupos. Em seguida, na próxima seção, posicionou-se a Aliança Internacional de Catadores nesse contexto.

Em editorial publicado na revista *Science* de outubro de 2025, logo depois da conclusão da INC - 5.2 em Geneva, Peter Dauvergne e Jen Iris Allan (2025, p.7) concluem que um acordo *high ambition* aceito entre todas as partes não pode ser alcançado. No entanto, observando um pouco mais de perto as cinco INCs pode se fazer uma leitura um pouco mais otimista do que essa conclusão deixa a entender. Apesar de conflitos uma grande maioria dos países envolvidos nas negociações se demonstraram a favor de um tratado mais ambicioso (*high ambition*), formando uma coalizão com pequenas diferenças e discordâncias em tópicos específicos mas concordando com a urgência que a crise plástica traz de um tratado mais ambicioso, e portanto, melhor capacitado em alcançar os objetivos estipulados e minimizar, o mais rápido possível, os impactos da poluição plástica. No entanto, a coalizão “*pro-plastic*”, apesar de ser uma minoria dentro dos Estados membros, têm a capacidade de ocupar espaços suficientes para desencaminhar e obstruir o caminho das negociações, principalmente por não se limitar a petroestados¹² - como Rússia, Arabia Saudita e Irã - incluindo também corporações, grupos financeiros, e outros atores privados poderosos que lucram com a produção desenfreada dos plásticos (Dauvergne *et al*, 2025).

Quando discutindo o Tratado Global dos Plásticos é importante trazer de forma clara o que é a abordagem de ciclo de vida. Principalmente levando-se em conta que a própria Resolução 5/14, responsável por iniciar esse processo de negociação, apresenta a necessidade de se construir um instrumento “que aborda todo o ciclo de vida do plástico” (tradução nossa UNEP, 2022, p.3). Portanto, pode-se definir essa abordagem por três categorias: *upstream*, primeira etapa da produção do plástico e os materiais utilizados; *midstream*, a distribuição, embalagem e consumo; e por último *downstream*, gestão de resíduos e reciclagem (Cowan, 2024).

Expandindo nessas ideias, o agrupamento de Estados tem um papel central na formação de seus posicionamentos ao longo das reuniões, como aludido anteriormente, formaram-se dois grupos principais: a *High Ambition Coalition* (HAC) e o *Like-Minded Group* (LMG). A HAC defende um tratado que inclua o ciclo de vida completo dos plásticos, governando desde sua produção até seu descarte e reciclagem, ou seja, uma abordagem *upstream*. Enquanto o LMG, composto principalmente por nações produtoras de petróleo, advogam por um foco maior em gestão de resíduos e soberania nacional, portanto uma

¹² São países que possuem boa parte de suas economias, política e poder internacional atrelados a produção elevada de petróleo e gás natural.

abordagem *downstream* (Cowan *et al*, 2025; Cowan, 2024). Nesse cenário de interesses e coalizões, os catadores têm seu foco nos aspectos finais do ciclo de vida do plástico, e por essa razão talvez possa se intuir que seus maiores aliados se encontram dentro do LMG, que também apresenta como pauta que o tratado se mantenha focado em resoluções sobre o final do ciclo de vida plástica. No entanto, o que se observa na realidade é uma aproximação entre representantes da IAWP com nações da HAC, não necessariamente um completo alinhamento de ideias, mas uma aproximação física e estrutural ao longo das negociações, como será demonstrado na análise (O'Hare; Nøklebye, 2024; O'Hare; Talbott, 2025).

Um dos pilares defendidos por parte dos países participantes nas negociações do tratado é o de uma *just transition*, e como será tratado no próximo tópico, é uma das principais bandeiras defendidas pela IAWP. O conceito de *Just transition* surge nos anos 1960 dentro de movimentos trabalhistas e de justiça ambiental, desde então, ele foi usado para abranger os impactos sobre indivíduos, comunidades, ecossistemas e o clima, levando em conta a justiça como um conceito multidimensional. Essa ideia entrou na agenda de governança climática global na COP15 em Copenhague e no Acordo de Paris (COP21) (O'Hare; Nøklebye, 2024), e ela retornou no cenário das negociações do Tratado Global dos Plásticos. Nesse contexto, ela é entendida como:

[...] *Just transition means ensuring that measures taken to end plastic pollution are fair, equitable and inclusive for all stakeholders across the plastics lifecycle by safeguarding livelihoods and communities impacted by plastic pollution and corresponding control measures* (O'Hare *et al*, 2023, p.2).

Além disso, um fator central nessa *just transition* é o reconhecimento de que os impactos da poluição plástica são distribuídos de forma desigual ao longo do ciclo de vida dos plásticos. Portanto, esse conceito prioriza aqueles que são os mais afetados, ou seja, ninguém deve ser deixado para trás na transição para o fim da poluição plástica (O'Hare *et al*, 2023). Definições como essa têm um teor amplo, e sua popularidade dentro das negociações se dá muito graças a essa amplitude, ela consegue se encaixar dentro tanto das prioridades da HAC quanto do LMG (O'Hare; Nøklebye, 2024).

A IAWP enviou delegações para todas as reuniões, incluindo dois representantes democraticamente eleitos por região geográfica. Parte desses delegados foram enviados com auxílio financeiro da UNEP, enquanto os delegados do Brasil, África do Sul e Argentina fizeram parte das delegações nacionais desses países (O'Hare; Nøklebye, 2024). A partir do entendimento até aqui construído, sobre as negociações e sua organização, na seção seguinte a análise retorna aos catadores e como esse grupo e suas demandas se encaixam no contexto complexo do tratado.

4. AS DEMANDAS DA ALIANÇA INTERNACIONAL NO TRATADO GLOBAL DOS PLÁSTICOS

Foram analisados um total de vinte documentos divulgados pela IAWP em seu site oficial, sendo quatro correspondentes a INC-1, um a INC-2, sete a INC-3, quatro a INC-4, dois a INC-5.1 e dois a INC-5.2. Além disso, com o intuito de auxiliar no entendimento de como as demandas dos catadores evoluíram ao longo de seu envolvimento na política externa, também observou-se de forma complementar as quatro cartas divulgadas pelo MNCR nas reuniões descritas anteriormente. A escolha em delimitar apenas essas quatro cartas justifica-se pois elas conseguem ilustrar uma imagem da evolução dos interesses do MNCR desse período em que o movimento começa o processo de transnacionalização, depois dos encontros em Bogotá ocorreram outras reuniões mas os resultados gerados nelas ou não tem cartas sucintas como as aqui observadas, ou esses documentos são de difícil acesso, impossibilitando que fossem encontrados.

Os documentos analisados foram organizados em quadros conforme data de publicação, título do documento (com os respectivos links integrados), e o tipo de documento, podendo ser: um Relatório, um documento que tem o objetivo de descrever os acontecimentos das reuniões até aquele momento e a participação da IAWP nessas; um *Position Paper*, onde se identifica o posicionamento da IAWP; e por fim as Recomendações, o tipo mais comum de documento aqui analisado, com recomendações específicas para o texto do tratado, e aqueles que não se encaixarem em nenhum desses serão colocados na categoria outros.

Além disso, também estão presentes nos quadros os principais pontos abordados nesses textos, importante destacar os quatro pilares principais das demandas da IAWP: a inclusão de terminologias específicas no corpo do texto, no geral se tratando da inclusão dos termos *Just transition* e *Waste pickers*¹³ demanda destacada em azul; também se demanda a inclusão de definições claras para alguns termos, entre eles *Just transition* e *Waste pickers*, demanda destacada em amarelo; ademais é recorrente a recomendação pela mudança de linguagem sugestiva por obrigatoriedade, destacado em laranja nos quadros; e por fim o último pilar de demanda: a formação de um mecanismo de auxílio financeiro dentro do tratado, com destaque em verde. Além desses, os tópicos com caráter procedimental,

¹³ Nessa seção usou-se majoritariamente o termo *Waste pickers*, e não sua tradução catadores de materiais recicláveis ou apenas catadores, devido a uma diferenciação feita pelos próprios representantes da IAWP no âmbito das negociações. Assim como O'Hare e Nøklebye (2024) destacam, representantes da IAWP concentram seus esforços na inclusão de *Waste pickers* no texto do tratado, até mesmo representantes latinos em sua falas utilizam o termo anglófono no lugar do equivalente “reciclador” em espanhol e “catador de materiais recicláveis” em português.

descrição do conteúdo dos documentos de forma mais geral, estão sem destaque. Quaisquer outros tópicos que não se encaixam entre os definidos aqui estão destacados em lilás.

Quadro 1 - Documentos disponibilizados pela IAWP referentes a INC-1

Data	Título do Documento	Tipo de Documento	Principais Pontos Abordados
Jul. de 2022	<i>The Secretariat for the Intergovernmental Negotiations Committee (For the prospective Plastics Treaty)</i> (IAWP, 2022a)	<i>Position Paper</i>	★ Apresenta a relevância e desafios enfrentados por catadores; ★ Demanda de apoio financeiro para garantir o deslocamento de pelo menos seis catadores para as futuras reuniões do tratado; ★ Sugere que se dedique tempo para a discussão sobre <i>Just transition</i> nas próximas INCs.
Dez. de 2022	<i>Submission To The Member States Participating In The First Intergovernmental Negotiations Committee Meeting In Punta Del Este, Uruguay</i> (IAWP, 2022b)	<i>Position Paper</i>	★ Demandam que exista um esclarecimento claro da relevância que os catadores possuem para redução da poluição plástica e as dificuldades vividas por eles com condições de trabalho ruim; ★ Definição dos termos <i>Just transition</i> e <i>Waste pickers</i>; ★ Cluster com ampla participação social para discutir uma <i>Just transition</i>; ★ Apoio financeiro para garantir o deslocamento de pelo menos seis catadores para as futuras reuniões do tratado.
Dez. de 2022	<i>Group of Friends of Waste Pickers</i> (IAWP, 2022c)	Outro	★ Apresenta a relevância e desafios enfrentados por catadores; ★ Objetivo deste documento é de apresentar um grupo focado em mobilizar e coordenar apoio pela causa dos catadores dentro das INCs.
Dez. de 2022	<i>First Intergovernmental Negotiating Committee - Incl Report-English</i> (IAWP, 2022d)	Relatório	★ Descrição dos eventos realizados pré-reunião; ★ Destaca os momentos que os catadores pertencentes a delegação enviada foram ouvidos, e tiveram suas falas bem recebidas; ★ Apoio inicial de algumas delegações ao movimento "<i>Just Transition Initiative</i>".

Os documentos referentes a INC-1, disponíveis no site da IAWP, apresentam aos participantes da reunião o papel dos catadores e sua importância central para a reciclagem de

plásticos a nível global. Os *Position Papers* IAWP (2022a) e IAWP (2022b) têm intuítos similares, mas endereçados a públicos diferentes, focados em, além de destacar o protagonismo dos catadores como recicladores, também introduzem as dificuldades que os trabalhadores enfrentam no dia-a-dia, sendo expostos a substâncias e condições de trabalho perigosas, problemáticas que são agravadas com as mudanças climáticas, “*we are threatened at work by climate change*” (IAWP, 2022b, p.1). Ademais, esses documentos também apresentam as quatro demandas iniciais da IAWP, sendo (i) incluir definição do termo *Just transition* e uma descrição de *Waste pickers*, no texto rascunho do tratado. Sugerindo:

Waste pickers can be described as people who participate (individually or collectively) in the collection, separation, sorting, transport, and sale of recyclable and reusable materials and products (paper, plastic, metal, glass, and other materials) in an informal or semi-formal capacity, as own-account workers, or in a cooperative or social and solidarity economy setting, and as workers who subsequently achieved formal work arrangements through their organizations. [...]

[...] A just transition is defined as ending plastic pollution in a way that is as fair and inclusive as possible to everyone concerned, creating decent work opportunities and leaving no one behind. It is based on making visible those already working at all stages of the plastic value chain, including workers under informal and cooperative settings (including waste pickers), and recognizing their fundamental human dignity, and their historic contribution [...] (IAWP, 2022b, p.2).

(ii) Estabelecer dentro do processo de negociação um *cluster* para se discutir uma *just transition*, (iii) financiar o deslocamento de pelo menos seis catadores integrantes da IAWP para as futuras reuniões do tratado, destacando as experiências vividas por essa classe de trabalhadores não é um monolito e diferentes partes do globo apresentam suas peculiaridades, e por fim, (iv) demandam a organização de um relatório destacando as contribuições de catadores para a reciclagem e redução da poluição plástica.

Além disso, os outros dois documentos sendo analisados (IAWP, 2022c; IAWP, 2022d), são um relatório que descreve a participação da IAWP no período logo antes e ao longo da INC, enquanto o outro descreve a criação de um grupo de “amigos dos catadores”, ou seja, um grupo para as nações que entendem a relevância e os desafios do que os *Waste pickers* enfrentam no dia a dia e tem o interesse que eles tenham seus interesses devidamente representados no texto do tratado.

Quadro 2 - Documento disponibilizado pela IAWP referente a INC-2

Data	Título do Documento	Tipo de Documento	Principais Pontos Abordados
Maio de	<i>Recommendations for potential core</i>	Recomendações	★ Definição dos termos <i>Just transition</i> e <i>Waste pickers</i> ;

2023	<i>obligations options for the plastics treaty</i> (IAWP, 2023a)		★ Incluir o termo <i>Waste pickers</i> de forma mais recorrente; ★ Catadores são o <i>stakeholder</i> mais vulnerável do sistema, por isso deve ser centralizado no texto e citados nominalmente; ★ Desenvolver mecanismos para melhorar as condições de vida e apoiar a formalização desses trabalhadores mas sem escantear outras formas de trabalho; ★ Substituir linguagem sugestiva por obrigatoriedade.
------	--	--	--

Apesar de apenas um documento referente a INC-2, esse (IAWP, 2023a) é o primeiro de uma série de documentos aqui categorizado como recomendações. São organizados trazendo trechos do texto original proposto pela presidência das negociações e sugestões de como esses trechos devem ser alterados para melhor representar os catadores e seus interesses já descritos anteriormente. Focando em mudança de terminologia, particularmente trazendo *Waste pickers* e *Just transition* de forma mais recorrente no corpo do texto, além de definições claras desses termos e mudanças de uma linguagem sugestiva para uma obrigatoria. Além disso, também existe um interesse claro em que os catadores não sejam apenas citados como parte integrante desse ciclo de vida dos plásticos, mas que sua importância seja reconhecida. Para exemplificar esses pontos, aqui está um dos trechos com mudanças recomendadas: “*integrate the informal waste sector into the plastics value chain and promote a circular economy through a “just transition programme”*” (IAWP, 2023a, p.2). Que fica da seguinte forma com as recomendações da IAWP:

~~*Integrate the informal waste sector into the*~~ ***Recognise the role of waste pickers in plastic value chains and promote circular economy by establishing partnerships with waste pickers (associations, cooperatives and self-employed) for recovery of recyclable plastics through a Just Transition Program*** (IAWP, 2023a, p.2).

Na justificativa para tais mudanças a IAWP posiciona que para uma transição verdadeiramente justa é necessário o reconhecimento dos catadores como *stakeholder* mais relevante, além de garantir que eles sejam incluídos no desenvolvimento e implementação dos sistemas.

Quadro 3 - Documentos disponibilizados pela IAWP referentes a INC-3

Data	Título do Documento	Tipo de Documento	Principais Pontos Abordados
Nov. de	<i>Plastics Treaty advances on</i>	Relatório	★ Demandas da IAWP durante o INC-3: (i) incorporar o termo <i>Waste pickers</i> no tratado; (ii)

2023	<i>just transition, but faces critical challenges overall</i> (IAWP, 2023b)		referenciar <i>Just transition</i> ao longo do tratado incluindo nos objetivos; (iii) definir os termos <i>Just transition</i> e <i>Waste pickers</i> agora acrescentando <i>workers in informal and cooperative settings</i>; ★ Descreve o que foi alcançado até aqui: <i>Just transition</i> é colocada nos objetivos, melhorias na qualidade de vida de catadores são citadas quando tratando de uma <i>Just transition</i>, estados membros concordaram em apresentar definições de <i>Just transition</i> e <i>Waste pickers</i>; ★ No entanto, colocando que a IAWP se preocupa com a capacidade dos estados membros conseguirem chegar a um tratado ambicioso, no tempo estipulado, para acabar com a poluição plástica.
Nov. de 2023	<i>Recommendations of the International Alliance of Waste Pickers (IAWP) for the Extended Producers Responsibility (EPR) and Waste Management Sections</i> (IAWP, 2023c)	Recomendações	★ As mudanças sugeridas são dentro das sessões de Responsabilidade Estendida do Produtor e Gestão de Resíduos. ★ Definição dos termos <i>Just transition</i>, <i>Waste pickers</i> e <i>workers in informal and cooperative settings</i>; ★ Quando tratando de outros tratados que devem ser levados em conta acrescentado recomendações guidelines da Organização Internacional do Trabalho;
Nov. de 2023	<i>Recommendations of the International Alliance of Waste Pickers for the Just Transition Section</i> (IAWP, 2023d)	Recomendações	★ As mudanças sugeridas são dentro da sessão de <i>Just Transition</i>. ★ Substituir linguagem sugestiva por obrigatoriedade. ★ Especificar as melhorias de condição de vida e dignidade do trabalho dos catadores e outros trabalhadores informais.
Nov. de 2023	<i>Recommendations For Member States Regarding The Zero Draft</i> (IAWP, 2023e)	Recomendações	★ Os textos anteriores tratavam de sessões específicas dentro do texto sugerido, esse trata do rascunho para o tratado como um todo; ★ Recomendações principais: (i) adicionar as as referências a trabalhadores em contextos informais e cooperativos, incluindo o termo <i>Waste pickers</i> especificamente; (ii) definir os termos <i>Just transition</i>, <i>Waste pickers</i> e <i>workers in informal and cooperative settings</i>; (iii) incluir referências a <i>just transition</i> em mais

			sessões do texto, além das que ela já está incluída. ★ Substituir linguagem sugestiva por obrigatoriedade.
Nov. de 2023	<i>IAWP's Vision for a Just Transition for Waste Pickers under the UN Plastics Treaty (executive summary)</i> (IAWP, 2023f)	<i>Position Paper</i>	★ Objetivo deste documento é de deixar mais claro a função e a relevância que os catadores têm na redução da poluição plástica, tanto historicamente quanto para se conseguir alcançar uma <i>Just transition</i> ; ★ Além disso, também se caracterizam nove componentes essenciais para a <i>Just transition</i> .
Nov. de 2023	<i>IAWP's Vision for a Just Transition for Waste Pickers under the UN Plastics Treaty</i> (IAWP, 2023g)	<i>Position Paper</i>	★ Objetivo deste documento é de deixar mais claro a função e a relevância que os catadores têm na redução da poluição plástica, tanto historicamente quanto para se conseguir alcançar uma <i>Just transition</i> ; ★ Traz diferentes experiências adquirida por movimentos de catadores ao redor do mundo; ★ Além disso, também se caracterizam nove componentes essenciais para a <i>Just transition</i>
Nov. de 2023	<i>Workers And Trade Unions Major Group's Joint Position On Inc</i> (ITCU <i>et al</i> , 2023)	<i>Position Paper</i>	★ É uma posição conjunta de grupos de trabalhadores e sindicatos (um deles sendo a IAWP) para o INC; ★ São elencadas dez problemáticas que devem ser consideradas e incorporadas no texto do tratado e durante as negociações.

No relatório e nas recomendações correspondentes ao INC-3 (IAWP, 2023b; 2023c; 2023d; 2023e) observa-se o amadurecimento de algumas das demandas que vinham sendo feitas desde antes do primeiro INC. Essas mudanças têm continuidade nos documentos elaborados para a INC seguinte, razão pela qual tais questões serão aprofundadas após o Quadro 4. Na análise do presente quadro, o foco recai sobre um movimento distinto observado nesse recorte de documentos, o retorno da produção de *Position Papers*. Diferentemente dos analisados referentes a INC-1 (IAWP, 2022a; 2022b) que foram escritos antes das negociações terem propriamente iniciado, os referentes a INC-3 (IAWP, 2023f; 2023g; ITCU *et al*, 2023) foram formulados dentro do contexto de negociações.

O *Position Paper*, que representa o posicionamento de grupos de trabalhadores e sindicatos (ITCU *et al*, 2023) propõe dez tópicos principais que devem ser considerados ao longo de todas as negociações, e por tanto, incluídos ao longo do texto legalmente vinculante gerado a partir dessas INCs, esses tópicos têm um caráter mais generalista do que os

apresentados em documentos elaborados apenas pela IAWP, incorporando demandas de outras partes do ciclo de vida dos plásticos, já que tem o intuito de representar as demandas dos trabalhadores que participam das diversas etapas do ciclo de vida plástico.

Buscando simplificar esses tópicos, eles foram concentrados em quatro áreas de interesse - (i) começando com *just transition* e trabalho decente, os pontos um e três apresentam que ambas essas questões devem estar no centro das negociações, a garantia de condições dignas, seguras e justas de trabalho transbordam afetando todas as demais áreas a serem trabalhadas, além disso, referenciam especificamente as definições para esses termos da Organização Internacional do Trabalho. (ii) Saúde, os pontos dois e quatro tratam da preservação da saúde tanto humana quanto animal e ambiental, todas elas estando interconectadas, e para isso defende-se a necessidade de se afastar dos plásticos de uso único e focar em opções completamente recicláveis ou biodegradáveis. (iii) Gestão de resíduos, aqui os pontos cinco e seis defendem a necessidade de que esses sistemas de gestão de resíduos devem se manter nas mãos do poder público, além disso, também é necessário a descontaminação do meio ambiente, parando por completo o despejo de lixo na terra, no mar ou em rios. (iv) Por fim, do ponto sete a o dez se foca na transparência e na responsabilização, tanto nas próprias negociações do tratado, quanto na criação e implementação de políticas públicas que viram a partir desse tratado.

Já o *Position Paper* elaborado exclusivamente pela IAWP, traz alguns elementos similares, no entanto, nele existe um foco muito mais claro nos elementos mais relevantes ao trabalho dos catadores. Assim como já vem se observando com os demais documentos, os principais interesses da IAWP podem estar contidos em dois pontos, a inclusão dos *waste pickers* ao longo de todo o corpo do tratado, e a implementação de resolutivas que sigam as ideias da *just transition*. Esse ponto é apresentado da seguinte forma no documento:

The IAWP advocates that just transition be both a core obligation and a cross cutting issue within the means and measures of implementation in the UN Plastics Treaty [...] We advocate for a dedicated Article for a just transition, and an annex with co-developed mandatory targets for the sustained integration of waste pickers (IAWP, 2023f, p.2).

Com base nessa colocação, a IAWP (2023f; 2023g) articula nove componentes essenciais para que uma *just transition* seja bem implementada. Sendo eles:

- 01.** Reconhecimento de *waste pickers* em normas, políticas públicas e leis;
- 02.** Registro universal de *waste pickers* e outros trabalhadores nas cadeia de valores do plástico;

- 03. Transparência, supervisão e adaptação;
- 04. Envolvimento direto no avanço e desenvolvimento de políticas públicas e sua implementação;
- 05. Proteções e salvaguardas sociais e trabalhistas;
- 06. Compensação justa, salários dignos e meios de subsistência sustentáveis;
- 07. Formalização e fortalecimento de organizadas;
- 08. Desenvolvimento de capacitação e transferência de tecnologias;
- 09. Melhoria no manejo de materiais.

Pode-se observar uma sobreposição entre os pontos aqui apresentados e os desenvolvidos no texto anterior (ITCU *et al*, 2023), principalmente o primeiro, já que assim como é recomendado lá, pode-se perceber aqui que as noções de *just transition* e condições descendentes de trabalho permeiam todos os pontos. No entanto, apesar das três demais áreas determinadas lá também serem observadas aqui em pontos específicos, no presente documento elas têm um foco muito mais claro nos catadores e nas suas necessidades.

Quadro 4 - Documentos disponibilizados pela IAWP referentes a INC-4

Data	Título do Documento	Tipo de Documento	Principais Pontos Abordados
Abril de 2024	<i>Recommendations For Member States Regarding The Revised Zero Draft</i> (IAWP, 2024a)	Recomendações	★ Inclusão da noção de <i>just transition</i> em mais sessões do draft além das que ela já está inclusa; ★ Definição dos termos <i>Just transition</i> e <i>Waste pickers</i>, cooperativas e trabalhadores informais; ★ Manter as menções já existentes desses termos; ★ Substituir linguagem sugestiva por obrigatoriedade.
Abril de 2024	<i>Recommendations on Section II, Part 12 on Just Transition</i>	Recomendações	★ As mudanças sugeridas são dentro da seção de <i>Just Transition</i>. ★ Substituir linguagem sugestiva por obrigatoriedade. ★ Formalmente integrar trabalhadores formais e informais na cadeia de produção e descarte de

	<u>section</u> ¹⁴ (IAWP, 2024b)		plásticos, além de garantir direitos trabalhistas, segurança e saúde, a essa classe de trabalhadores.
Abril de 2024	<u>Recommendations on Section II, Part 9 on Waste Management</u> (IAWP, 2024c)	Recomendações	★ As mudanças sugeridas são dentro da seção de gestão de resíduos. ★ Substituir linguagem sugestiva por obrigatoriedade. ★ Incluir a definição da OIT para <i>just transition</i>
Abril de 2024	<u>Recommendations on Sections III and IV</u> (IAWP, 2024d)	Recomendações	★ Aqui está se sugerindo mudanças para alguns tópicos diversos; ★ Incluir os termos <i>Waste pickers</i> e <i>workers in informal and cooperative settings</i> em mais tópicos.

Como aludido anteriormente, a partir do INC-3 e agora seguindo nos textos referentes ao INC-4, pode-se perceber um amadurecimento em algumas demandas. Principalmente tratando da inclusão de terminologia específica. A Partir do INC-3 frequentemente quando se coloca uma revisão com o intuito de acrescentar *Waste pickers*, ele vem acompanhado de *workers in informal and cooperative settings*. Anteriormente existia a inclusão dessa noção de catadores, em um contexto mais amplo, incluindo cooperativas e trabalhadores informais, no entanto, ela não vinha unificada, sempre descrita utilizando as mesmas tecnologias, em todas as recomendações, relatórios e *position papers*. Como pode ser observado em citações trazidas anteriormente nesta seção, quando definindo *Waste pickers* em documento referente a INC-1 “*Waste pickers can be described as people who participate (individually or collectively) [...]*” (destaque nosso, IAWP, 2022b, p.2), ou em recomendação referente a INC-2 “[...] *establishing partnerships with waste pickers (associations, cooperatives and self-employed) [...]*” (destaque nosso, IAWP, 2023a, p.2), evidenciando uma preocupação em estabelecer o termo *Waste pickers* com o intuito de incorporar essa comunidade de trabalhadores de forma mais ampla, no entanto, até aqui a terminologia usada não era unificada. Essa diferença é importante de ser destacada justamente porque a catação como atividade se apresenta de diversas formas. O intuito da IAWP em garantir a existencia do

¹⁴ Dentre os documentos disponibilizados pela IAWP referentes a INC-4 existe um quinto documento de recomendação intitulado “*Recommendations on Revised Just Transition text*”, que aparenta ser em essências as mesmas revisões feitas aqui, só que em um documento formatado de forma um pouco diferente, por tanto, para não incluir o mesmo documento uma segunda vez não o acrescentei a essa análise.

termo “*Waste pickers*” no tratado frequentemente com a adição de “*and other workers in informal and cooperative settings*”, para que essa variedade de trabalhadores fosse contemplada no futuro na formulação de políticas públicas com base no tratado em questão. Fato que fica evidente na seguinte afirmação feita pela IAWP, “[...] *in our experience, measures to reduce plastic pollution will overlook waste pickers unless they are explicitly mentioned in policy*” (IAWP, 2024e, p.1).

Além disso, também se observou uma mudança em como as definições são sugeridas, anteriormente (IAWP, 2022b; 2023a). A IAWP sugeria uma definição *Just transition* e *Waste pickers* própria, feita usando de base resoluções da OIT e as experiências de catadores integrantes da IAWP. No entanto, a partir da INC-3 se abandona essas definições próprias, demandando que a definição da OIT comece a ser incorporada diretamente, como é trazido no trecho a seguir, aqui é referenciada as diretrizes estabelecidas em 2015 (OIT, 2015), mas em documentos futuros também é referenciada a resolução aprovada em 2023 (OIT, 2023).

In addition to the existing mentions and provisions, we recommend that waste pickers and other workers in informal and cooperative settings be listed in definitions. We seek universal and mandatory just transition measures undertaken by all member states for waste pickers and other workers in informal and cooperative settings around the world, using the International Labour Organization Guidelines on Just Transition (IAWP, 2024a, p.1).

Quadro 5 - Documentos disponibilizados pela IAWP referentes a INC-5.1

Data	Título do Documento	Tipo de Documento	Principais Pontos Abordados
Novembro de 2024	<i>IAWP’s Response to the Chair’s Third Non-Paper</i> (IAWP, 2024e)	Recomendações	★ Manter uma artigo tratando de <i>just transition</i> no novo texto; ★ Manter menções de <i>Just transition</i> e <i>Waste pickers</i> no novo texto; ★ Definição dos termos <i>Just transition</i> e <i>Waste pickers</i>;
Novembro de 2024	<i>Recommendations for Finance Mechanisms for Waste Pickers within the Global Plastics Treaty</i> (IAWP; Hasiru Dala; O’Hare, 2024)	<i>Position Paper</i>	★ Elenca sete recomendações para mecanismos de financiamento que venham a beneficiar catadores; ★ Além disso, também apresenta algumas considerações e demandas de como esse financiamento deve ser feito e de onde deve ser sua origem.

Com a quinta, e inicialmente a última, INC esse processo de evolução e amadurecimento do posicionamento da IAWP continuou. Aqui pode-se observar que o posicionamento dos catadores se alinha ainda mais do que anteriormente com as posições da HAC. Anteriormente, a IAWP não havia tratado explicitamente em seus documentos sobre os estágios iniciais do ciclo de vida do plástico, atendo-se quase exclusivamente à garantia de direitos trabalhistas para os catadores por meio de uma *Just transition* que especificamente cita e inclui *Waste pickers*. Isso começou a mudar no posicionamento feito em conjunto com outros sindicatos e grupos de trabalhadores (ITCU *et al*, 2023). No documento se defende especificamente o banimento de certos materiais na produção de plásticos, no entanto, os posicionamentos feitos apenas pelas IAWP e publicados no mesmo período (IAWP, 2023f; 2023g) ainda não traziam essa questão de forma específica. No *position paper* da IAWP (2023f) esse tópico está mais próximo de ser explorado do nono componente trabalhado, melhoria no manejo de materiais, onde se colocou a necessidade de uma eliminação gradual (*phase-out*) de materiais tóxicos e o etiquetamento adequado desses plásticos. Na INC-5.1 o posicionamento da IAWP evoluiu, e passou a ser apresentado de forma clara já no primeiro parágrafo de “*IAWP’s Response to the Chair’s Third Non-Paper*”:

Above all, IAWP supports adopting a mandatory, justice-centered approach focusing on the rights of impacted workers and communities, with reference to the ILO’s Guidelines for a Just Transition; as well as caps on plastics production, and bans on targeted products and chemicals of concern (destaque nosso, IAWP, 2024e, p.1).

Quadro 6 - Documentos disponibilizados pela IAWP referentes a INC-5.2

Data	Título do Documento	Tipo de Documento	Principais Pontos Abordados
Dez. de 2024	<i>International Alliance of Waste Pickers Response to Chair’s Text</i> (IAWP, 2024f)	Recomendações	★ Substituir linguagem sugestiva por obrigatoriedade; ★ Incluir <i>Waste pickers</i> e outros trabalhadores em contextos informais e cooperativos; ★ Necessidade da inclusão da <i>Just transition</i> dentro da sessão de mecanismos financeiros; ★ Quando tratando de outros tratados que devem ser levados em conta acrescentado recomendações guidelines da Organização Internacional do Trabalho para <i>Just transition</i>; ★ Incluir uma definição clara do termo <i>Waste pickers</i>.

Jun. de 2025	<u>The plastics treaty finance mechanism: Lessons from other Multilateral Environmental Agreements regarding access for waste pickers and other grassroots groups</u> (Tearfund; IAWP, 2025)	Relatório	★ O documento descreve como outros mecanismos financeiros foram organizados para melhor servir movimentos de base; ★ Destacando como em outros casos uma abordagem focada em movimentos de base trouxe benefícios para o alcance de objetivos; ★ A Partir desses outros casos são definidas quatro lições para serem levadas para o mecanismo financeiro do tratado global dos plásticos.
--------------	---	-----------	---

A inclusão de um mecanismo de financiamento na estrutura do tratado foi uma das hipóteses levantadas inicialmente pelo presente artigo para qual formato tomariam as demandas da IAWP. O que foi observado a partir da análise é que: sim, essa questão é relevante dentro das demandas da IAWP, no entanto, ela não estava no foco de suas demandas inicialmente. Dentro dos documentos analisados, a implementação de mecanismos de financiamento só vem a surgir como parte central da pauta levantada pela Aliança nas INCs 5.1 e 5.2, anteriormente esse tópico vinha a tona dentro dos documentos com recomendações de alteração para o texto proposto (IAWP, 2023e; 2024a), neles são colocadas recomendações principalmente com o intuito de modificar termos que dão sentido sugestivo (*should*) para equivalentes de obrigatoriedade (*shall*), mas sem focar em especificar as formas que garantiriam uma melhor implementação desses mecanismos financeiros para beneficiar os grupos mais vulneráveis, como os catadores. No início do processo de negociações também foi colocado como demanda o auxílio financeiro para que pelo menos seis catadores conseguissem participar do processo de negociação.

Ao longo da INC-5 a IAWP publicou dois documentos que tinham como foco demonstrar seu posicionamento acerca da implementação do mecanismo financeiro do Tratado Global dos Plásticos. O primeiro (IAWP; Hasiru Dala; O'Hare, 2024) traz de forma mais breve os principais pontos de sua posição, elencando sete recomendações para se alcançar um mecanismo de financiamento que beneficie *waste pickers*. Resumidamente essas recomendações destacam que um financiamento voltado para a *Just transition*, deve focar nas necessidades dos catadores, levando em conta a vulnerabilidade interseccional de mulheres catadoras e disponibilizando esses investimentos diretamente para cooperativas e ONGs que

representam essa classe de trabalhadores. Além disso, deve se ter a participação de representantes dos catadores dentro de órgãos de tomada de decisão, assim como mecanismos de transparência no fundo financeiro.

Esses pontos conversam diretamente com as lições adquiridas a partir da observação de outros mecanismos financeiros como a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), a Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD) e o Acordo sobre Biodiversidade Além da Jurisdição Nacional (BBNJ) (Tearfund; IAWP, 2025), aqui se destaca a importância de garantir que esse fundo monetário chegue nos grupos desejados da forma simplificada. Para um funcionamento adequado desses mecanismos os autores colocam a necessidade de que o acesso direto e previsível seja parte central desses mecanismos de financiamento. Esse objetivo é alcançado com a organização de dispositivos onde *grassroots groups* podem se candidatar diretamente para receber esses benefícios.

Portanto, observando a análise de conteúdo como um todo, torna-se evidente que as demandas da IAWP amadurecem concomitantemente com as INCs. Centralmente a Aliança quer um reconhecimento claro da relevância e vulnerabilidade de *waste pickers* dentro do texto do tratado, com o intuito de, a partir desse reconhecimento, garantir que essa classe de trabalhadores seja beneficiada em futuras políticas públicas. Esse foco central permanece por todo o processo de negociação. A demanda pela inclusão da definição dos termos *Just transition* e *waste pickers*, presente desde a primeira INC, é exemplo dessa centralidade. Ademais, as recomendações para inclusão desses mesmos termos em mais seções do *draft* tem papel de complementar essa demanda central de reconhecimento. O mesmo ocorre com a recomendação recorrente pela troca de linguagem sugestiva para obrigatória, referente, em sua maioria, ao cumprimento dos elementos definidos na *Just transition*.

“[...] *In our experience, measures to reduce plastic pollution will overlook waste pickers unless they are explicitly mentioned in policy*” (IAWP, 2024e, p.1). Essa citação deixa esse ponto explícito, a Aliança é composta por movimentos de catadores nacionais, e esses trazem consigo experiências anteriores, as quais influenciam o posicionamento da IAWP dentro das negociações do Tratado Global dos Plásticos.

Ademais, a principal mudança observada no posicionamento da IAWP está relacionado a soluções *upstream*. Inicialmente colocou-se a hipótese no presente artigo, que as demandas da IAWP iriam se atentar ao final do ciclo de vida dos plásticos. E nas primeiras INCs foi isso que de fato aconteceu. O foco da Aliança estava nos pontos já apresentados, e quaisquer questões como banimento de materiais tóxicos, se era mencionado, era de forma tangencial. Relacionado a garantia de direitos e melhores condições trabalhistas. No entanto, a

partir da INC-5.1 existe uma repentina mudança, aqui a demanda por um teto de produção plástica e banimento de materiais químicos específicos são apresentados com o mesmo nível de prioridade que a implementação de uma *Just transition*.

CONCLUSÃO

O presente artigo teve como objetivo geral analisar o processo de internacionalização do movimento dos catadores e sua participação nas negociações do Tratado Global dos Plásticos. Para tal, adotou-se a pergunta norteadora - como ocorreu a internacionalização do movimento de catadores e quais suas demandas para as negociações do Tratado Global dos Plásticos? Sendo assim, com o intuito de responder os dois níveis presentes na pergunta, implementou-se uma metodologia dual.

O primeiro nível consistiu em um estudo de caso sobre o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis e seu processo de internacionalização. Com base na pesquisa realizada, foi possível constatar que essa internacionalização desempenhou papel central na formação da Aliança Internacional de Catadores de Materiais Recicláveis. Tal processo deu-se, em parte, graças ao domínio de agência estabelecido pelo MNCR, o qual possibilitou que esse movimento social alcançasse capacidade organizativa suficiente para promover congressos e reuniões tanto em nível nacional quanto internacional. A partir desse processo de transnacionalização, o MNCR passou a identificar um alinhamento entre suas próprias pautas contenciosas e as de movimentos sociais de países vizinhos – alinhamento que, somado ao fortalecimento do domínio de agência conquistado, deu origem, eventualmente, à própria IAWP.

Já para o segundo nível, realizou-se uma análise de conteúdo buscando compreender os objetivos do movimento de catadores para as negociações do Tratado Global dos Plásticos. Dentro desta, foram analisados documentos disponibilizados pela IAWP, a representante dos catadores no âmbito das negociações. A Partir dessa análise foram determinados quatro pilares principais dentre as demandas da IAWP, eles sendo: (i) inclusão de terminologias específicas no corpo do texto (*Just transition* e *waste pickers*); (ii) a inclusão de definições claras desses termos; (iii) substituição de linguagem sugestiva por obrigatória (frequentemente se referendo ao cumprimento da *Just transition*); e por último (iv) formação de um mecanismo de financiamento para o cumprimento dos objetivos do tratado.

No entanto, é importante destacar que o presente estudo demonstrou que tais objetivos e demandas não se mantiveram estáticos ao longo das INCs. Evidenciando-se, sobretudo, uma gradual mudança de posicionamento da IAWP em relação às chamadas soluções *upstream*. No início do processo de negociações, a Aliança concentrava-se principalmente em garantir a inclusão do termo *waste pickers* no texto do tratado, bem como em assegurar a manutenção e permanência da noção de *just transition* ao longo do *draft*. Já na INC-5.2 - até o momento, a

mais recente das negociações - a IAWP passou a posicionar o teto de produção plástica e o banimento de substâncias químicas consideradas tóxicas no mesmo nível de relevância atribuído à garantia de uma *Just transition*.

Este estudo demonstrou que há uma relação entre a internacionalização do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis e a formação da Aliança Internacional de Catadores de Materiais Recicláveis. Observou-se também que, ao longo das negociações do Tratado, as demandas dos catadores passaram por um processo de amadurecimento, sendo moldadas de modo a favorecer sua implementação. É importante destacar, no entanto, que a análise se baseou em uma quantidade limitada de documentos. Embora esse material tenha permitido compreender as demandas da IAWP, ele não reflete de forma completa a participação desse ator nas negociações do Tratado Global dos Plásticos. Diante dessa lacuna, recomenda-se que futuros estudos aprofundem a compreensão sobre a atuação da IAWP. Além disso, como o objetivo deste trabalho foi compreender as demandas da Aliança, não foi possível explicar por que, a partir da INC-5.1, houve uma mudança de posicionamento em relação às soluções *upstream*. Essa questão permanece em aberto e deve ser explorada em pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Bruna Soares de. Sociedade civil organizada na Cooperação Internacional: a atuação do movimento feminista na negociação do Acordo de Paz colombiano. **Conjuntura Austral**, v. 13, n. 61, p. 65-79, 2022.
- ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova: revista de cultura e política**, p. 49-86, 2009.
- ALONSO, Angela; MACIEL, Débora. From protest to professionalization: Brazilian environmental activism after Rio-92. **The Journal of Environment & Development**, v. 19, n. 3, p. 300-317, 2010.
- AMORIM, Camille; SILVA, André Luiz Reis da. O Itamaraty eo Movimento Negro: interesses, ideias e práticas nas relações Brasil-África. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 35, p. 1-36, 2021.
- BORTOLI, Mari Aparecida. Processos de organização de catadores de materiais recicláveis: lutas e conformações. **Revista Katálisis**, v. 16, n. 2, p. 248-257, 2013.
- BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3 ago. 2010.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)**: busca por código. [s.d.]. Disponível em: <https://cbo.mte.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/BuscaPorCodigo.jsf>. Acesso em: 20 jun. 2026
- BRASIL. Senado Federal. **Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. O posicionamento do Brasil perante as negociações do Tratado Global de Combate à Poluição Por Plásticos**. Brasília, DF, 24 abr. 2025. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoaudiencia?id=33380>. Acesso em: 15 jul. 2026.
- CARLOS, Euzeneia. Interações entre movimentos sociais e Estado e seus efeitos: um desafio para as teorias dos movimentos sociais. **Política & Sociedade**, n. 54, p. 1-29, 2024.
- CARLOS, Euzeneia. Movimentos sociais e instituições participativas: efeitos do engajamento institucional nos padrões de ação coletiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 30, n. 88, p. 83-99, 2015.
- COWAN, Emily. Event Ethnography to study the global negotiations on the treaty to end plastic pollution: dataset from the first session of negotiations (INC-1). **Journal of Environmental Studies and Sciences**, v. 15, n. 1, p. 186-193, 2024.
- COWAN, Emily et al. Five's a crowd: divergence and delay at the first half of the fifth global plastics treaty negotiation (INC-5.1). **Journal of Environmental Studies and Sciences**, p. 1-12, 2025.

DAUVERGNE, Peter et al. Competing axes of power in the global plastics treaty: Understanding the politics of progress and setbacks in negotiating a high-ambition agreement. **Marine Policy**, v. 181, p. 106820, 2025.

DAUVERGNE, Peter; ALLAN, Jen Iris. UN politics won't deliver an ambitious plastics treaty. **Science**, v. 390, n. 6768, p. 7, 2025.

FALKNER, Robert. **The Handbook of Global Climate and Environment Policy**. Wiley-Blackwell, 2013.

FERNÁNDEZ, Lucía. **Towards a Global Network: Waste Pickers without Borders. International Alliance of Waste Pickers**, [s.d.]. Disponível em: <https://wastepickersinternational.org/history/>. Acesso em: 11 jun. 2026.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. Edições Loyola, 1997.

GURZA LAVALLE, Adrian et al. **Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição**. EdUERJ, 2019.

GUTBERLET, Jutta. Grassroots waste picker organizations addressing the UN sustainable development goals. **World Development**, v. 138, p. 105195, 2021.

ILO. Guidelines for a just transition towards environmentally sustainable economies and societies for all. **International Labour Organization**, 2015. Disponível em: https://www.ilo.org/sites/default/files/wcmsp5/groups/public/@ed_emp/@emp_ent/document/s/publication/wcms_432859.pdf Acesso em: 20 jul. 2026

ILO. Resolution concerning a just transition towards environmentally sustainable economies and societies for all. **International Labour Organization**. Geneva, 2023. Disponível em: https://www.ilo.org/sites/default/files/wcmsp5/groups/public/@ed_norm/@relconf/document/s/meetingdocument/wcms_886647.pdf Acesso em: 20 jul. 2026

INTERNATIONAL ALLIANCE OF WASTE PICKERS (IAWP). **1º Congresso Eletivo da Aliança Internacional de Catadores de Resíduos**. [s.d.]. Disponível em: <https://pt.wastepickersinternational.org/1%C2%BA-congresso-eletivo-da-alian%C3%A7a-internacional-de-catadores-de-lixo/>. Acesso em: 15 jul. 2026b.

INTERNATIONAL ALLIANCE OF WASTE PICKERS (IAWP). **5th Intergovernmental Negotiating Committee (INC-5) on Plastic Pollution in Busan**. Nov. 2024e. Disponível em: <https://wastepickersinternational.org/5th-intergovernmental-negotiating-committee-inc-5-on-plastic-pollution-in-busan/>.

INTERNATIONAL ALLIANCE OF WASTE PICKERS (IAWP). **First Intergovernmental Negotiating Committee – INC1: report**. Dez. 2022d. Disponível em: https://globalrec.org/wp-content/uploads/2022/11/INC-1_uruguay_2023_report_EN_international-alliance-waste-pickers_compressed.pdf.

INTERNATIONAL ALLIANCE OF WASTE PICKERS (IAWP). **Group of Friends of Waste Pickers**. Dez. 2022c. Disponível em: https://wastepickersinternational.org/wp-content/uploads/2022/11/2022-11_group-friends-wastepickers_english.pdf.

INTERNATIONAL ALLIANCE OF WASTE PICKERS (IAWP). **IAWP Textual Recommendations for Streamlined Parts III and IV.** 27 abr. 2024d. Disponível em: <https://wastepickersinternational.org/wp-content/uploads/2024/04/IAWP-Textual-Recommendations-for-Streamlined-parts-III-and-IV.pdf>.

INTERNATIONAL ALLIANCE OF WASTE PICKERS (IAWP). **IAWP's vision for a just transition for waste pickers under the UN plastics treaty.** 6 nov. 2023g. Disponível em: <https://wastepickersinternational.org/document/just-transition-waste-pickers-un-plastics-treaty/>.

INTERNATIONAL ALLIANCE OF WASTE PICKERS (IAWP). **IAWP's vision for a just transition for waste pickers under the UN plastics treaty: executive summary.** Nov. 2023f. Disponível em: https://globalrec.org/wp-content/uploads/2023/11/english_executive-summary-IAWP-vision-just-transition.pdf.

INTERNATIONAL ALLIANCE OF WASTE PICKERS (IAWP). **Página inicial.** [s.d.]. Disponível em: <https://pt.wastepickersinternational.org/> . Acesso em: 15 jul. 2026a.

INTERNATIONAL ALLIANCE OF WASTE PICKERS (IAWP). **Plastics treaty advances on just transition, but faces critical challenges overall.** Nairobi, 19 nov. 2023b. Disponível em: <https://globalrec.org/wp-content/uploads/2023/11/Post-INC3-Press-Release-19.11.23-1.pdf>.

INTERNATIONAL ALLIANCE OF WASTE PICKERS (IAWP). **Recommendation of the International Alliance of Waste Pickers (IAWP) for the Extended Producers Responsibility (EPR) and Waste Management Sections.** Nov. 2023c. Disponível em: <https://globalrec.org/wp-content/uploads/2023/11/IAWP-Recommendations-on-EPR-and-Waste-Management-1.pdf>.

INTERNATIONAL ALLIANCE OF WASTE PICKERS (IAWP). **Recommendation of the International Alliance of Waste Pickers for the Just Transition Section.** Nov. 2023d. Disponível em: https://globalrec.org/wp-content/uploads/2023/10/231118_iawp-recommendations-for-member-states-zero-draft-INC3-plastic-treaty_november-2023.pdf.

INTERNATIONAL ALLIANCE OF WASTE PICKERS (IAWP). **Recommendations for member states regarding the revised zero draft.** Abr. 2024a. Disponível em: https://globalrec.org/wp-content/uploads/2024/04/position-revised-zero-draft_inc4_iawp_v01_english.pdf.

INTERNATIONAL ALLIANCE OF WASTE PICKERS (IAWP). **Recommendations for member states regarding the zero draft.** 14 nov. 2023e. Disponível em: https://globalrec.org/wp-content/uploads/2023/10/iawp-recommendations-for-member-states-zero-draft-INC3-plastic-treaty_november-2023.pdf.

INTERNATIONAL ALLIANCE OF WASTE PICKERS (IAWP). **Recommendations for potential core obligations options for the plastics treaty.** Maio 2023a. Disponível em: https://globalrec.org/wp-content/uploads/2023/05/230522_recommendations-for-core-obligations-plastic-treaty_IAWP_globalrec.org.pdf.

INTERNATIONAL ALLIANCE OF WASTE PICKERS (IAWP). **Recommendations of the International Alliance of Waste Pickers on Just Transition Section.** Abr. 2024b.

Disponível em:

<https://wastepickersinternational.org/wp-content/uploads/2024/04/Recommendations-of-the-International-Alliance-of-Waste-Pickers-on-Just-Transition-Section.pdf>.

INTERNATIONAL ALLIANCE OF WASTE PICKERS (IAWP). **Response to Chair's Text: 1st December 2024**. Dez. 2024f. Disponível em:

<https://globalrec.org/wp-content/uploads/2025/07/IAWP-reponse-to-Chairs-text-on-1st-December-2024.pdf>.

INTERNATIONAL ALLIANCE OF WASTE PICKERS (IAWP). **Submission To The Member States Participating In The First Intergovernmental Negotiations Committee Meeting In Punta Del Este, Uruguay**. Dez. 2022b. Disponível em:

<https://globalrec.org/wp-content/uploads/2022/11/Demands-for-the-first-INC-International-Alliance-of-Waste-pickers.pdf>

INTERNATIONAL ALLIANCE OF WASTE PICKERS (IAWP). **The Secretariat for the Intergovernmental Negotiations Committee (For the prospective Plastics Treaty)** 15 jul. 2022a. Disponível em:

<https://wastepickersinternational.org/2022/07/15/globalrec-participation-waste-pickers-plastics-treaty-uruguay/>.

INTERNATIONAL ALLIANCE OF WASTE PICKERS (IAWP). **Waste Management: position paper of IAWP**. Abr. 2024c. Disponível em:

<https://wastepickersinternational.org/wp-content/uploads/2024/04/Waste-Management-Position-paper-of-IAWP.pdf>.

ITCU et al. **Workers and Trade Unions Major Group's joint position on INC**: shared priorities for the Intergovernmental Negotiating Committee (INC) to develop an international legally binding instrument on plastic pollution, including in the marine environment. 9 nov. 2023. Disponível em:

<https://wastepickersinternational.org/wp-content/uploads/2023/10/ITUC-GUFs-points-on-INC-final-09112023-EN-final-acc.pdf>.

JÖRGENS, Helge et al. **Routledge Handbook Of Environmental Policy**. Routledge, 2023.

KECK, Margaret E. et al. Transnational advocacy networks in international politics: Introduction. **Activists beyond borders**: Advocacy networks in international politics, p. 1-38, 1998.

LUIZ, Juliana R. O sindicalismo rural brasileiro na política externa: narrativas e oportunidades de incidência política desenvolvidas pela Contag. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 31, n. 2, p. 1-46, 2023.

MAROTTI, Ana Cristina Bagatini et al. Questões contemporâneas na gestão pública de resíduos sólidos: análise dos princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos a partir de seus objetivos e instrumentos. **Revista de Políticas Públicas**, v. 21, n. 1, p. 339-364, 2017.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS (MNCR). **2º Congresso Latino-Americano de Catadores(as): declaração final de São Leopoldo**. São Leopoldo, 2005. Disponível em:

<https://www.mncr.org.br/sobre-o-mncr/principios-e-objetivos/ii-congresso-latino-americano-de-catadores-as>. Acesso em: 01 jul. 2026.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS (MNCR). **Carta de Brasília**. Brasília, 2001. Disponível em: <https://www.mncr.org.br/sobre-o-mncr/principios-e-objetivos/carta-de-brasilia>. Acesso em: 16 jun. 2026.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS (MNCR). **Carta de Caxias do Sul**. Caxias do Sul, 2003. Disponível em: <https://www.mncr.org.br/sobre-o-mncr/principios-e-objetivos/carta-de-caxias-do-sul>. Acesso em: 28 jun. 2026.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS (MNCR). **Linha do tempo**. [s.d.]. Disponível em: <https://www.mncr.org.br/sobre-o-mncr/sua-historia/linha-do-tempo-1>. Acesso em: 11 jun. 2026.

O'HARE, Patrick et al. **Policy Brief**: Towards a Just Transition Away from Plastic Pollution. 2023.

O'HARE, Patrick; NØKLEBYE, Emmy. "The human face of the UN plastics treaty"? The role of waste pickers in intergovernmental negotiations to end plastic pollution and ensure a just transition. **Cambridge Prisms: Plastics**, v. 2, e12, 2024.

O'HARE, Patrick; TALBOTT, Taylor Cass. Just Transition for Waste Pickers in the Global Plastics Treaty: What is it and why is it Important?. **Cambridge Prisms: Plastics**, v. 3, p. e26, 2025.

IPEA. **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional**. 2016.

PINHEIRO, Priscila Tinelli; FRANCISCHETTO, Gilsilene P. Picoretti. O protagonismo político e social do movimento nacional de catadores de materiais recicláveis na efetivação de direitos fundamentais. **Revista Paradigma**, v. 30, n. 2, p. 246-272, 2021.

PISANO, Viviane; DEMAJOROVIC, Jacques; BESEN, Gina Rizpah. Política Nacional de Resíduos Sólidos do Brasil: perspectivas das redes de cooperativas de catadores. **Ambiente & Sociedade**, v. 25, p. e01511, 2022.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; LYCARIÃO, Diógenes. **Análise de conteúdo categorial**: manual de aplicação. Enap, 2021.

SILVA, Glauco Peres. **Desenho de Pesquisa**. Enap, 2023.

TARROW, Sidney. Transnational politics: Contention and institutions in international politics. **Annual review of political science**, v. 4, n. 1, p. 1-20, 2001.

TEARFUND; INTERNATIONAL ALLIANCE OF WASTE PICKERS (IAWP). **The plastics treaty finance mechanism**: lessons from other Multilateral Environmental Agreements regarding access for waste pickers and other grassroots groups. 2025. Disponível em: <https://globalrec.org/wp-content/uploads/2025/06/2025-tearfund-the-plastics-treaty-finance-mechanism-en.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2026.

UNEP. **Drowning in Plastics**: Marine Litter and Plastic Waste Vital Graphics. 2021b. Disponível em: <https://www.unep.org/resources/report/drowning-plastics-marine-litter-and-plastic-waste-vital-graphics>. Acesso em: 10 abr. 2025.

UNEP. **From Pollution To Solution:** A Global Assessment Of Marine Litter And Plastic Pollution. 2021a. Disponível em: <https://www.unep.org/interactives/pollution-to-solution/> . Acesso em: 09 mar. 2025.

UNEP. **UNEA Resolution:** From Pollution to Solution: A Global Assessment of Marine Litter and Plastic Pollution. 2022. Disponível em: <https://wedocs.unep.org/rest/api/core/bitstreams/5cb9a6bb-6597-47c3-b523-b6f684fdb97/content> Acesso em: 13 fev. 2025.